

## Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), entidade da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

Inicialmente é trazido o **Sumário Executivo**, que reúne as principais informações de cada seção do Boletim permitindo uma visualização mais rápida do panorama geral da conjuntura econômica do mês.

Após o Sumário Executivo, a primeira seção traz um Assunto em Destaque ou o texto de um Especialista Convidado. Neste mês, o economista Robert Luther Salviato Detoni é o **Especialista Convidado** e escreve sobre o histórico de equilíbrio fiscal nas contas públicas do estado do Espírito Santo.

A segunda seção – **Atividade Econômica** – aborda a evolução no processo de vacinação contra a Covid-19 no mundo, no Brasil e no Espírito Santo. São avaliados os últimos dados setoriais e de atividade econômica para o país e para o estado. A seção conta, ainda, com um **box** especial sobre a aprovação da PEC Emergencial.

Na terceira seção – **Desempenho Industrial** – são analisados os resultados de janeiro para a produção física brasileira e capixaba. A seção ainda aborda os últimos dados divulgados referentes à produção de petróleo e gás natural, às exportações do setor industrial, às cotações dos barris de petróleo e ao consumo e produção de energia elétrica.

A quarta seção – **Preços, Juros e Crédito** – traz os números sobre a inflação, as taxas de juros, o spread e a inadimplência, além dos montantes de crédito no país e no estado. A seção traz um **box** sobre a aceleração da inflação brasileira e a recente alta da inflação nos países desenvolvidos.

A quinta seção – **Finanças Públicas Estaduais** – analisa os números das receitas e despesas realizadas pelo Governo do Estado de janeiro a fevereiro.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

Além deste documento com as análises completas, o Ideies disponibiliza todos os gráficos e tabelas deste Boletim em formato de planilha, possibilitando uma outra forma de visualizar e interagir com os dados. Você pode baixar o arquivo em: <https://bit.ly/3ftce2D>

Acesse toda a produção de estudos e informações do Ideies no nosso portal: <https://portaldaindustria-es.com.br/>.

**Ótima leitura!**

## Seções

<b>Sumário Executivo</b> .....	<b>02</b>
<b>1. Especialistas Convidados - Robert Luther Salviato Detoni</b> .....	<b>05</b>
<b>2. Atividade Econômica</b> .....	<b>10</b>
<b>3. Desempenho Industrial</b> .....	<b>16</b>
<b>4. Preços, Juros e Crédito</b> .....	<b>20</b>
<b>5. Finanças Públicas Estaduais</b> .....	<b>32</b>
<b>6. Comentários Finais</b> .....	<b>36</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>37</b>

## Sumário Executivo

**O mês de março foi marcado pelo aumento na taxa de ocupação de leitos de UTI destinados ao tratamento de Covid-19 tanto no Brasil quanto no Espírito Santo. No Estado, o Governo anunciou quarentena local até 04 de abril, período em que apenas as atividades consideradas essenciais podem funcionar. Além desse anúncio, o Governo do Estado apresentou também as medidas socioeconômicas de apoio aos setores da economia capixaba e à população mais vulnerável à doença e em situação de pobreza, com o objetivo de diminuir os impactos da pandemia, de manter o nível de empregos e de mitigar as desigualdades sociais.**

Também em março foram apresentados os indicadores de desempenho das economias nacional e estadual referentes ao último trimestre de 2020. O PIB do Brasil avançou 3,2% no 4º trimestre em relação ao 3º trimestre, porém fechou o ano em queda de -4,1%, influenciada pelos impactos da pandemia sobre a economia, especificamente sobre a indústria (-3,5%) e os serviços (-4,5%). O indicador para o Espírito Santo, o IAE-Findes, avançou 4,4% na passagem do 3º para o 4º trimestre, mas acumulou queda de -4,4% no ano, pressionada pelo desempenho negativo em todos os setores. Com relação ao mercado de trabalho, a taxa de desocupação média de 2020 foi de 13,4% para o Brasil e 12,7% para o Espírito Santo.

### **Taxas de variação (%) do IAE-Findes para o Espírito Santo e do PIB para o Brasil, 4º trimestre de 2020**

Variação (%)	Brasil				Espírito Santo			
	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	IAE-Findes	Agropecuária	Indústria	Serviços
Trimestre contra trimestre imediatamente anterior*	<b>3,2</b>	-0,5	1,9	2,7	<b>4,4</b>	3,1	6,3	2,6
Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior	<b>-1,1</b>	-0,4	1,2	-2,2	<b>0,3</b>	2,8	-2,9	-0,8
Taxa acumulada ao longo do ano	<b>-4,1</b>	2,00	-3,5	-4,5	<b>-4,4</b>	-4,6	-12,8	-2,7

(\*) Com ajuste sazonal

Fonte: IAE-Findes e SCNT-IBGE.

Elaboração Findes/Ideies

Os dados conjunturais mais recentes, referentes a janeiro, apontam para avanço na economia do Brasil e para contração na do Espírito Santo. **O indicador de atividade econômica do Banco Central, que é interpretado como uma prévia do PIB, aumentou 1,04% no Brasil e recuou -1,91% no Espírito Santo na passagem de dezembro para janeiro. O desempenho negativo da economia no estado em janeiro é resultado dos recuos de -13,4% na produção industrial e de -2,4% no volume de vendas do comércio no período.**

Especificamente sobre o desempenho do setor industrial, apesar da 9ª alta consecutiva na variação marginal, o avanço de 0,4% da indústria brasileira em janeiro foi o menor resultado desde o início do processo de retomada do setor em maio de 2020, o que aponta para uma certa desaceleração no ritmo de recuperação da indústria nacional. No Espírito Santo, a queda de -13,4% da indústria foi influenciada pela indústria de transformação (-16,1%), já que a indústria extrativa cresceu 1,2% no período. As quatro atividades pesquisadas da indústria de transformação capixaba registraram um menor desempenho nessa base de comparação, com destaque para a metalurgia (-33,4%) e os produtos alimentícios (-10,2%).

Com relação aos preços dos barris de petróleo, vale ressaltar a melhora nos preços dos contratos futuros de petróleo Brent (US\$ 66,1) e WTI (US\$ 61,5) em fevereiro, que aumentaram 18,3% e 17,8%, respectivamente, em relação a janeiro. Em fevereiro, a extração de petróleo e gás natural no estado aumentou 8,0% em relação ao mês anterior, porém ficou -21,2% aquém do volume de fevereiro de 2020. No acumulado dos dois primeiros meses do ano, a exportação de petróleo e gás natural cresceu 16,8%, em termos monetários (US\$), em relação ao mesmo período do ano anterior. No total, o valor das exportações da indústria do Espírito Santo expandiu em 4,3% e a quantidade reduziu em -19,5% no bimestre.

As incertezas provocadas pelo aumento do número de infecções causadas pela Covid-19 e seus efeitos sobre a economia interferiram nas expectativas dos industriais capixabas em março. Apesar de se situar acima do patamar dos 50 pontos, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) do Espírito Santo recuou 5,5 pontos frente a fevereiro e atingiu 55,3 pontos no mês.

**Variação (%) da Produção Industrial, Brasil e Espírito Santo - janeiro de 2021**

	Jan 21/ Dez 20*	Jan 21/ Jan 20	Acumulada nos últimos 12 meses
<b>Brasil</b>			
Indústria geral	0,4	2,0	-4,3
Indústrias extrativas	1,5	0,3	-2,0
Indústrias de transformação	-0,1	2,3	-4,6
<b>Espírito Santo</b>			
Indústria geral	-13,4	-11,5	-13,2
Indústrias extrativas	1,2	-14,2	-26,6
Indústrias de transformação	-16,1	-9,8	-2,2

(\*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

**Em fevereiro, a inflação brasileira medida pelo IPCA registrou uma variação marginal de 0,86%, acelerando-se em relação a janeiro (0,25%). No acumulado em 12 meses, o IPCA do país ficou em 5,20% e segue acima da meta (3,75%) estabelecida para 2021. Na RMGV, o índice mensal subiu 1,00% e acumulou alta de 6,00% em 12 meses.**

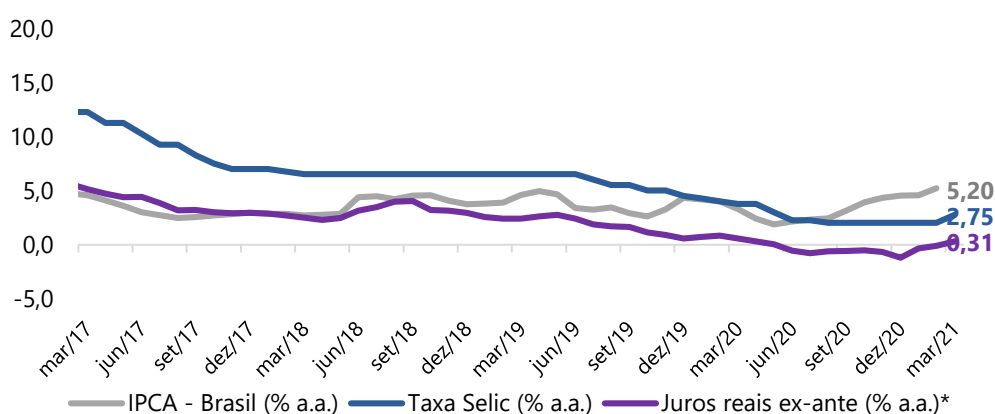
**A análise por grupos de produtos e serviços mostra que educação e transportes puxaram a alta do IPCA tanto no Brasil quando na Grande Vitória nos dois primeiros meses de 2021.** Os reajustes de preços promovidos pela Petrobras ao longo de fevereiro fizeram com que o grupo transportes registrasse uma variação de 2,20% no mês na Grande Vitória, **influenciado pela alta nos preços da gasolina (7,38%) e do óleo diesel (3,9%) na região.**

Diante do atual cenário de aumentos dos preços dos combustíveis, alta no preço de commodities e depreciação da taxa de câmbio, de acordo com o último Relatório Focus de 26 de março, o mercado espera que a inflação oficial do país feche o ano de 2021 em 4,71%, ficando acima do centro da meta de inflação (3,75%).

**Na última reunião no dia 17 de março, o Copom elevou a taxa básica de juros de 2,00% a.a. (mínima histórica) para 2,75% a.a., um aumento de 75 pontos-base.** Entre as justificativas da instituição para esse aumento está o crescimento das projeções para a inflação brasileira desse ano, situando-se acima do limite superior da meta. Acrescente-se, também, o fato de que os mercados têm questionado os riscos inflacionários nas economias avançadas, devido aos estímulos fiscais e monetários nesses países. Outro ponto de atenção no comunicado do Copom foi o possível aumento, em mesma magnitude, da taxa Selic já na próxima reunião que ocorrerá em maio, caso não ocorra uma mudança significativa no balanço da trajetória da inflação.

Devido à expectativa de que a taxa de inflação no curto prazo permaneça em níveis mais elevados e à elevação da taxa Selic, os juros reais ex-ante da economia brasileira voltaram a registrar patamares positivos em março de 2021, os quais estavam em território negativo desde junho de 2020. Com isso, após fechar 2020 com o menor valor registrado na série (-1,22%), os juros reais ficaram em -0,11% em fevereiro de 2021 e em 0,31% em março.

**Evolução do IPCA, da taxa Selic e dos juros reais\* no Brasil**



(\*) Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

Fonte: BCB e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

Em relação ao mercado de crédito, em janeiro de 2021 o saldo total de crédito se manteve em R\$ 4,0 trilhões, apresentando estabilidade com relação a dezembro de 2020. **No Espírito Santo, o saldo das operações de crédito iniciou 2021 com um volume de R\$ 59,8 bilhões, crescimento mensal de 0,3%. Esta é a sétima alta consecutiva, influenciada pelo aumento na carteira de crédito às famílias (0,7%), que alcançou R\$ 34,2 bilhões no mês.** O crédito às empresas totalizou R\$ 25,6 bilhões, registrando leve queda mensal de -0,2%, após seis meses de crescimentos consecutivos. Na análise interanual, o mercado de crédito capixaba continua em expansão.

Em 2021, o mercado de crédito no Espírito Santo continuará a ser um fator importante para impulsionar a retomada econômica no estado, e as medidas de facilitação de acesso ao crédito serão relevantes para reduzir os impactos da pandemia sobre o setor produtivo capixaba.

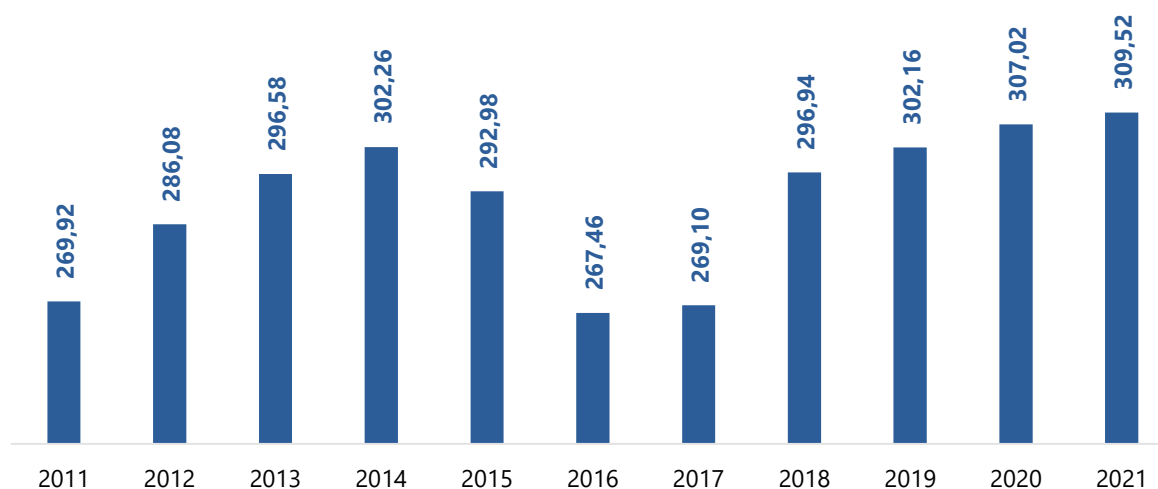
Em âmbito federal, a arrecadação federal referente ao período de janeiro a fevereiro de 2021 totalizou R\$ 309,5 bilhões, o que corresponde a um aumento real de 0,81% em relação ao montante arrecadado no mesmo período do ano passado. Esse resultado é proveniente da elevação de receitas advindas do Imposto sobre Importação (crescimento de 26,27% em relação a 2020), do Imposto sobre Produtos Industrializados Total (23,03%), do Imposto sobre a Renda Total (6,40%) e da Contribuição

Social sobre o Lucro Líquido (10,08%).

**Na análise de finanças públicas do Espírito Santo, os dados de receita e despesa do primeiro bimestre de 2021 mostram que o Governo do Estado teve uma queda no montante arrecadado e uma redução mais intensa dos gastos, em comparação ao mesmo período de 2020. Nos dois primeiros meses do ano, as receitas tiveram uma queda real de -6,2%, totalizando R\$ 2,9 bilhões, e as despesas apresentaram uma redução de -16,5%, registrando um total de R\$ 1,8 bilhão.**

Em relação ao andamento das pautas econômicas no Congresso Nacional em março, os destaques foram: a promulgação da PEC Emergencial transformada na emenda constitucional nº 109 de 2021 (EC 109/21), que estabelece medidas de ajuste fiscal para União, estados e município; a aprovação na íntegra do Projeto de Lei 4.476/2020, a Nova Lei do Gás, pela Câmara dos Deputados e que seguiu para a sanção presidencial, e a aprovação da proposta de Lei Orçamentária (PL nº 28/2020-CN) para o exercício financeiro da União em 2021, que seguiu para a sanção presidencial. Contudo, a aprovação do Orçamento de 2021 tem sido discutida pelos especialistas no que diz respeito a um orçamento "fictício", já que os valores estimados para as contas de despesas obrigatórias estão subestimados no texto aprovado, o que pode inviabilizar o cumprimento do teto de gastos em 2021 ou faltar recursos para o pagamento dessas despesas.

### **Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a fevereiro – em R\$ trilhões (a preços de fevereiro de 2021)**



Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal

Elaboração: Ideies / Findes

## 1. Seção Destaque – Robert Luther Salviato Detoni<sup>1</sup>

### Espírito Santo: estado campeão fiscal

Um campeão não chega ao pódio da noite para o dia. Persistência, dedicação, compromisso e disciplina são alguns dos ingredientes na longa caminhada. Esse é o caso do estado do Espírito Santo, que tem recebido nota “A” no ranking do Capag (Capacidade de Pagamento) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)<sup>2</sup> nos últimos anos.

**Notoriamente reconhecido no país como uma “ilha fiscal de excelência” no mar de estados com finanças desequilibradas, o Espírito Santo mantém suas contas em dia e em equilíbrio, contribuindo, enquanto agente econômico, com um ambiente de negócios atrativo para os fornecedores e investidores.**

Sob o prisma da responsabilidade e sustentabilidade fiscal preconizadas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal ou LRF), o Espírito Santo é um campeão fiscal nos últimos 20 anos, apesar de um início tenebroso com contas em atraso no final do governo 1999-2002<sup>3</sup>.

A LRF foi concebida, fundamentalmente, para instituir processos estruturais de controle do endividamento público, diante de um contexto, à época, de descontrole fiscal e aumento da dívida pública. E olha que essa preocupação era antiga<sup>4</sup>.

**A questão é que endividar-se não é necessariamente problema. Mas, dívida boa tem**

**premissas: financia o investimento público, promove a equidade entre as gerações, permite uma opção para poupadores aplicarem em títulos públicos e fornece recursos para o enfrentamento de situações emergenciais e extraordinárias<sup>5</sup>.**

A LRF estabeleceu indicadores e limites a serem observados no alcance de uma gestão fiscal responsável. Estabeleceu, também, a publicidade bimestral e quadrimestral mediante o Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) respectivamente. Quanto ao endividamento, a atenção recai sobre a “regra de ouro”, as garantias concedidas, as operações de crédito e a dívida consolidada líquida frente à Receita Corrente Líquida (RCL)<sup>6</sup>.

A “Regra de Ouro” consta no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal e veda a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta. Nos 20 anos da LRF, o Estado do Espírito Santo cumpriu a “regra de ouro”, ou seja, as receitas de operações de crédito foram menores que as despesas de capital (basicamente, gastos com investimentos), conforme gráfico a seguir:

<sup>1</sup> Economista, Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, autor do livro “**20 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal: os bastidores da gestão fiscal no Espírito Santo**”. Vitória: Editora Milfontes, 2020.

<sup>2</sup> A STN divulga anualmente o Boletim Fiscal dos Entes Subnacionais com o “rating” (nota de risco) dos entes federados que subsidia a decisão da União quanto a conceder ou não aval para a realização de operações de crédito. A nota é atribuída com base em três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez.

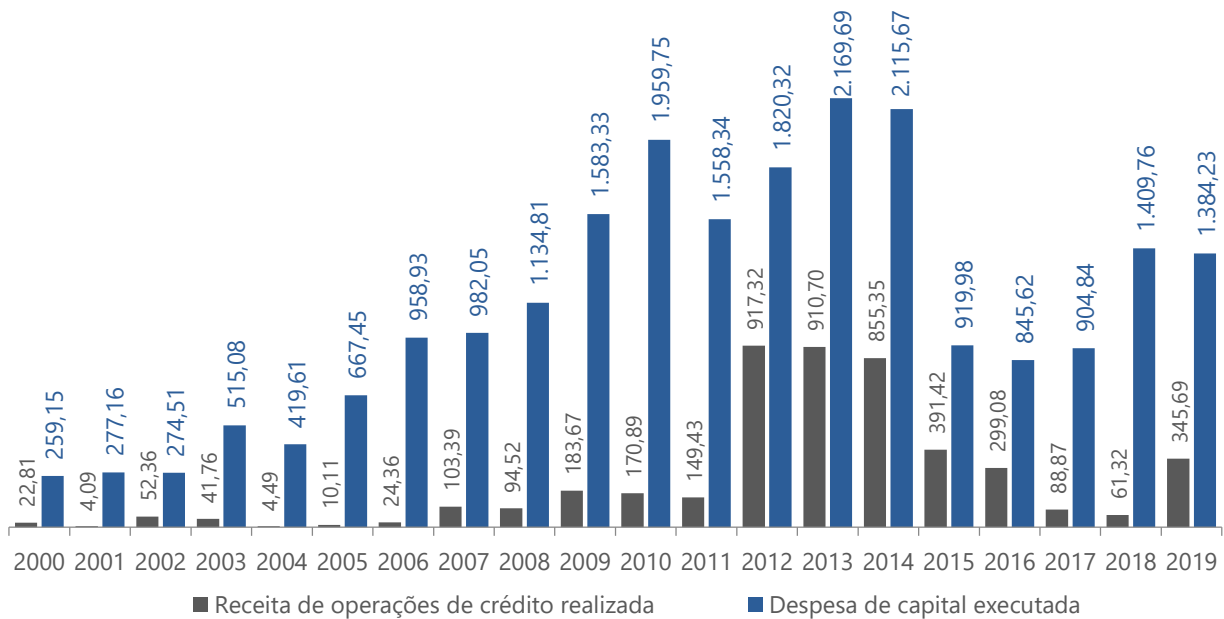
<sup>3</sup> Os anos de 2001 e 2002 foram caóticos para a gestão orçamentária e fiscal do Estado do Espírito Santo. As contas do governador do exercício de 2002 foram rejeitadas pelo Plenário do TCE-ES, conforme Parecer Prévio nº 73/2003 (Processo TC 2.647/2003), acompanhando a Procuradoria de Justiça de Contas.

<sup>4</sup> Rui Barbosa, Ministro da Fazenda (1889/1891) e Patrono dos Tribunais de Contas, assim se expressava no fim do século XIX: “O lema do novo regime deve ser, pois, fugir dos empréstimos e organizar a amortização, não contrair novas dívidas e reservar, ainda que com sacrifício nos seus orçamentos, quinhão sério ao resgate [...], o desequilíbrio entre a receita e a despesa é a enfermidade crônica da nossa existência nacional.” (CARVALHO JR., Antônio Carlos Costa d’Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo resultados fiscais: teoria e prática de resultados primário e nominal**. 1 ed. Brasília: Gestão Pública, 2015.p. 15).

<sup>5</sup> Países recorrem frequentemente ao endividamento para financiar suas operações. Contudo, como alertam Carvalho Jr. e Feijó (*ibidem*, p. 32): “É uma opção que acarreta riscos, especialmente quando a razão entre o montante da dívida pública e o valor do Produto Interno Bruto (PIB) se mantém em trajetória de crescimento por longo período de tempo. O problema reside não no tamanho da dívida, por si só, mas principalmente na maneira como o seu financiamento se realiza, o que implica avaliar questões como prazos de amortização da dívida e taxas de juros”.

<sup>6</sup> A RCL, definida no artigo 2º, inciso IV, parágrafos 1º, 2º e 3º da LRF, é um parâmetro fiscal de extrema importância, pois serve de base para diversos índices que informam a obediência ou não aos limites legais.

**Gráfico 1 - Cumprimento da Regra de Ouro - Estado do Espírito Santo - 2000 a 2019 – em R\$ milhões\***



\* Em valores correntes

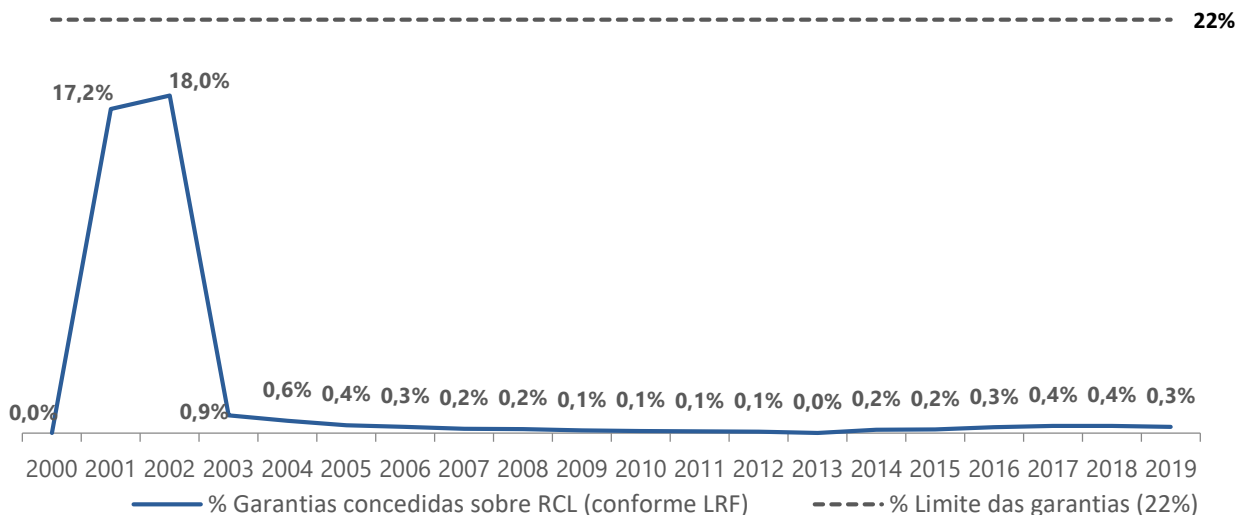
Fonte: Relatórios técnicos das contas do governador, Siafem, Sigefes, relatórios técnicos de análise da gestão fiscal, Painel de Controle da Macrogestão Governamental do Estado, publicações.

Elaborado pelo autor.

*A LRF, em seu artigo 40, caput e § 1º, c/c o artigo 9º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, fixam que as garantias concedidas pelo Estado na contratação de operações de créditos devem*

*se limitar ao comprometimento de 22% da Receita Corrente Líquida. Nos 20 anos da LRF, o Estado do Espírito Santo nunca descumpriu essa norma, conforme gráfico a seguir:*

**Gráfico 2 - Evolução do percentual das Garantias concedidas sobre a RCL - Estado do Espírito Santo - 2000 a 2019**



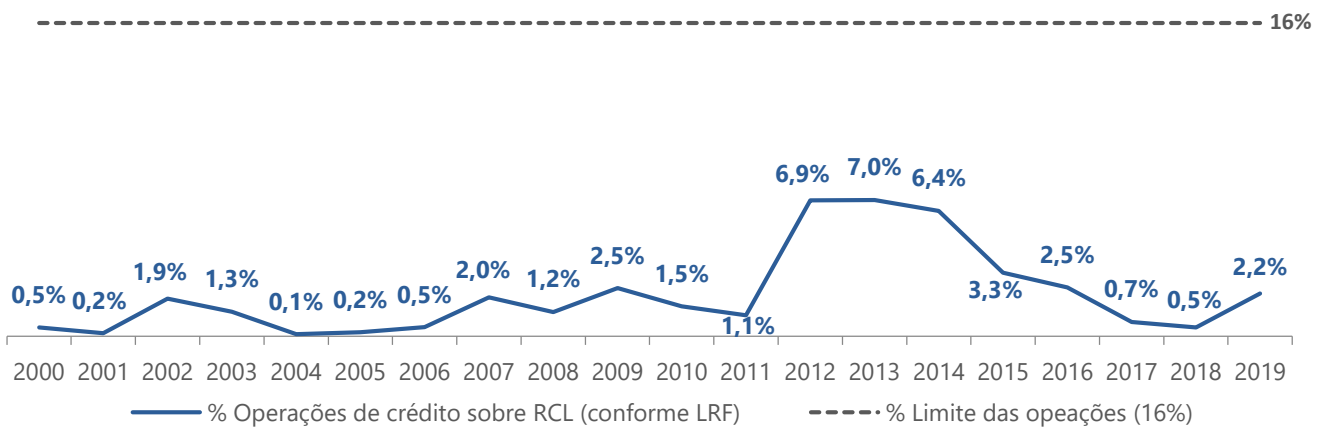
Fonte: Relatórios técnicos das contas do governador, Siafem, Sigefes, relatórios técnicos de análise da gestão fiscal, Painel de Controle da Macrogestão Governamental do Estado, publicações.

Elaborado pelo autor.

**Outro indicador de endividamento consta no artigo 30, § 3º, da LRF c/c o artigo 7º, inciso I, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal, quanto às operações de crédito: o montante das operações de crédito realizadas no exercício não**

**pode ser superior a 16% da Receita Corrente Líquida. Nos 20 anos da LRF, o Estado do Espírito Santo nunca descumpriu esse limite, conforme gráfico a seguir:**

**Gráfico 3 - Evolução do percentual das Operações de crédito sobre a RCL - Estado do Espírito Santo - 2000 a 2019**

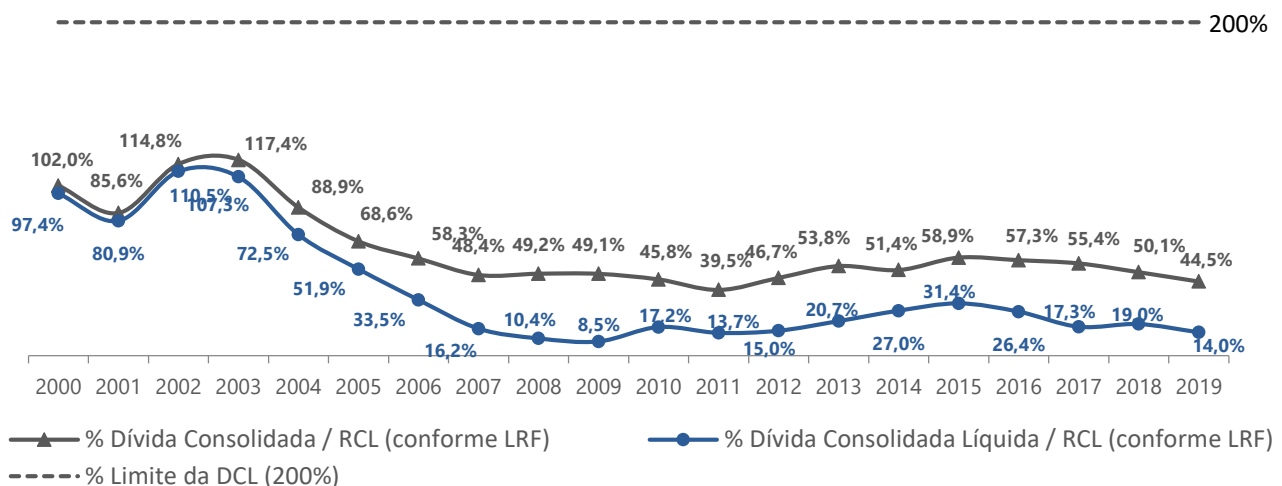


Fonte: Relatórios técnicos das contas do governador, Siafem, Sigefes, relatórios técnicos de análise da gestão fiscal, Painel de Controle da Macrogestão Governamental do Estado, publicações.  
Elaborado pelo autor.

Por fim, temos, também, que o montante total da Dívida Consolidada Líquida (DCL) não poderá exceder a duas vezes a Receita Corrente Líquida (200% da RCL), conforme artigo 30, §§ 2º e 3º, da LRF c/c o artigo 3º, inciso I, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

**Nos 20 anos da LRF, o Estado do Espírito Santo sempre manteve sua dívida consolidada líquida bem abaixo do limite legal, conforme gráfico a seguir:**

**Gráfico 4 - Evolução do percentual da Dívida Consolidada (bruta) e da Dívida Consolidada Líquida sobre a RCL - Estado do Espírito Santo - 2000 a 2019**



Fonte: Relatórios técnicos das contas do governador, Siafem, Sigefes, relatórios técnicos de análise da gestão fiscal, Painel de Controle da Macrogestão Governamental do Estado, publicações.  
Elaborado pelo autor.

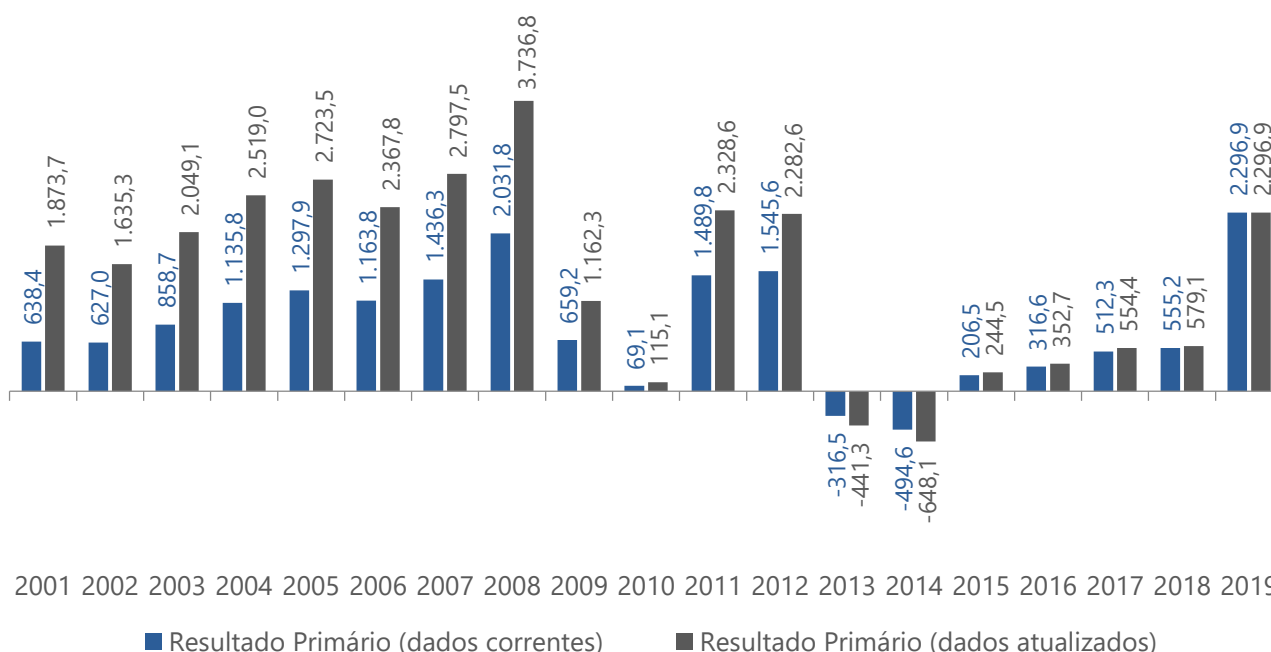
O gráfico anterior também apresenta o comportamento da Dívida Consolidada (bruta), que não possui limite estabelecido em relação à RCL<sup>7</sup>. Sua trajetória é importante para se acompanhar o peso do serviço da dívida.

**O bom desempenho da gestão fiscal do Estado do Espírito Santo nos 20 anos da LRF também pode ser observado pelo comportamento do Resultado**

**Primário: somente foi negativo (deficitário) em dois anos (2013 e 2014), conforme gráfico a seguir.**

O Resultado Primário é um importante indicador da gestão das finanças públicas e juntamente com o Resultado Nominal constituem pilares da política fiscal<sup>8</sup>.

**Gráfico 5 - Evolução do Resultado Primário - Estado do Espírito Santo - 2000 a 2019 – em R\$ milhões\***



\*Em valores correntes e valores corrigidos pelo IPCA - a preços de 2019

Fonte: Relatórios técnicos das contas do governador, Siafem, Sigefes, relatórios técnicos de análise da gestão fiscal, Painel de Controle da Macrogestão Governamental do Estado, publicações. Elaborado pelo autor.

**Os dados fiscais capixabas expostos anteriormente condizem com os principais focos da LRF: equilíbrio orçamentário intertemporal (que visa tanto o exercício financeiro imediato quanto o futuro próximo), regime de gestão fiscal responsável, prevenção de déficits**

**imoderados e recorrentes e controle da dívida pública.**

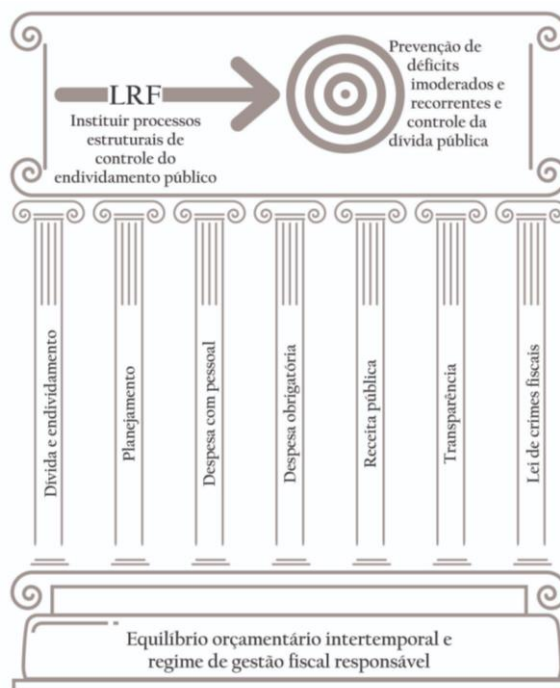
A figura a seguir, resume essa noção, apresentando os sete pilares fundamentais:

<sup>7</sup> Resumidamente, a Dívida Consolidada Líquida é igual à Dívida Consolidada (bruta) deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, conforme a Resolução nº 40 de 2001 do Senado Federal, art. 1º, § 1º, inciso V.

<sup>8</sup> O Resultado Primário representa o esforço fiscal que o ente federativo realiza para o controle da trajetória do endividamento. Resumidamente, a partir do Resultado Nominal, desconsiderando-se o desempenho financeiro (receitas e despesas com juros), chega-se ao Resultado Primário, e vice-versa.



**Figura 1 - Objetivos e pilares da LRF**



Fonte: Oliveira (2015)<sup>9</sup>. Elaborado pelo autor.

Observa-se na figura anterior o pilar da “Despesa com pessoal”. Nos 20 anos da LRF, o cálculo do gasto com pessoal para fins do limite da LRF sofreu dois ajustes com base em decisões do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES). O primeiro foi a exclusão<sup>10</sup> do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores estaduais nos cálculos de 2003 até 31 de agosto de 2011. O segundo foi a exclusão do aporte previdenciário<sup>11</sup> nos cálculos da despesa com pessoal dos demais Poderes e órgãos estaduais (Judiciário, Legislativo, Tribunal de Contas e Ministério Público) e sua inclusão nos cálculos do Poder Executivo entre 2001 e 2017<sup>12</sup>, e sua inclusão progressiva nos cálculos dos demais Poderes e órgãos a partir de 2018<sup>13</sup>, não mais incluindo nos cálculos do Poder Executivo.

Na prática, esses ajustes diminuía o percentual da despesa com pessoal para fins da LRF dos demais Poderes

e órgãos e aumentava o do Poder Executivo. Criava-se, assim, uma margem fiscal fictícia para gastos com pessoal dos demais Poderes e órgãos. Atualmente, a Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021, sedimentou a obrigação de se incluir o imposto de renda retido dos servidores e o aporte previdenciário nos cálculos da despesa com pessoal do respectivo Poder ou órgão.

Importa frisar que em 20 anos da LRF o governo do Estado nunca excluiu o imposto de renda retido dos seus servidores e sempre incluiu o aporte previdenciário relativos aos servidores do Executivo em suas publicações. Essa atitude certamente permitiu um realismo nas contas do Poder Executivo do Estado que contribuiu para o equilíbrio fiscal do orçamento público em anos recentes, reforçando a importância da visão intertemporal da LRF e da continuidade de gestões fiscais responsáveis.

<sup>9</sup> OLIVEIRA, Weder de. **Curso de responsabilidade fiscal**: direito, orçamento e finanças. 2 ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

<sup>10</sup> Com base no Parecer Consulta nº 18, de 29 de maio de 2003, do TCE-ES, revogado pela Decisão nº 3, de 23 de agosto de 2011, do TCE-ES.

<sup>11</sup> Aporte previdenciário é o montante de recursos públicos usado para cobrir o déficit financeiro na previdência estadual em decorrência das receitas previdenciárias serem menores que as despesas previdenciárias.

<sup>12</sup> Sob a égide da Decisão nº 6, de 26 de junho de 2001, do TCE-ES.

<sup>13</sup> Sob as regras da Instrução Normativa nº 41, de 27 de junho de 2017, do TCE-ES. Inicialmente, o prazo final da regra de transição era 2025, mas foi prorrogado pela IN nº 70, de 15 de dezembro de 2020, do TCE-ES, em decorrência da crise econômica provocada pela pandemia do Covid-19 em 2020.

***É necessária a reafirmação constante de uma cultura de responsabilidade fiscal em toda a administração pública. Não devemos ficar com o bônus da despesa no momento presente, transferindo o ônus do ajuste para o futuro: o***

***exercício seguinte, o mandato seguinte, e, no caso da previdência social, às gerações seguintes. A responsabilidade fiscal é conquistada com disciplina e vontade política.***

## 2. Atividade Econômica

Em março, apenas 1,70% da população mundial estava vacinada contra a Covid-19. Conforme o levantamento da Universidade Johns Hopkins<sup>14</sup>, entre os países que se destacam na imunização estão Israel (53,63% da população), União dos Emirados Árabes (22,71%), Chile (18,75%) e Estados Unidos (15,35%) (veja o Anexo 1). No Brasil, 18,2 milhões de doses do imunizante foram administradas, sendo que 4,1 milhões de pessoas receberam as duas doses necessárias, o que representa uma taxa de 1,96% da população brasileira.

Até o momento, o mundo registrou 128,3 milhões de casos de infecção pela Covid-19, sendo os Estados Unidos (30,4 milhões), o Brasil (12,7 milhões) e a Índia (12,1 milhões) os países com as maiores quantidades desses casos. O total de óbitos causados pela doença chegou a 2,8 milhões, com os Estados Unidos (551,0 mil), o Brasil (317,6 mil) e o México (202,6 mil) apresentando os maiores números acumulados.

Em relação ao restante do mundo, atualmente o Brasil é o país com o maior número de registros diários de novas infecções e de óbitos. O país está vivendo o pior momento da pandemia no que diz respeito ao número de óbitos<sup>15</sup>.

Em março, foram registrados recordes diários no Brasil no número de mortes pela Covid-19<sup>16</sup>. Além do espalhamento da doença, outro motivo para esses registros alarmantes é a sobrecarga do sistema de saúde do país, que se encontra com o risco iminente de falta de oxigênio hospitalar e de medicamentos<sup>17</sup>.

No Espírito Santo, o número de casos de Covid-19 chegou a 379,6 mil e o de óbitos totalizou 7,4 mil em março. Até o momento, o estado recebeu 615,6 mil doses de vacinas contra a Covid-19 enviadas pelo Ministério da Saúde. Desse total, 305,8 mil foram aplicadas na 1ª dose, o que corresponde a 7,52% da população do estado, e 87,6 mil foram administradas na 2ª dose<sup>18</sup>, o que corresponde a 2,16% da população local (veja o anexo 2).

***No dia 16 de março, a taxa de ocupação de leitos de UTI no Espírito Santo destinados ao tratamento da Covid-19 atingiu 91,05%, o que levou o Governo do Estado a anunciar quarentena estadual<sup>19</sup>, visando o combate ao espalhamento da Covid-19 e à redução de internações hospitalares em função da doença<sup>20</sup>.***

<sup>14</sup> Confira em detalhes o levantamento de dados sobre a Covid-19 pelo mundo em:

<https://coronavirus.jhu.edu/vaccines/international>

<sup>15</sup> Em 22 de março o Brasil apresentou 75,4 mil novos casos e 2,3 mil mortes, maiores registros diários no mundo. Veja mais em:

<https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/>.

<sup>16</sup> De acordo com os dados do Ministério da Saúde, os recordes diários no número de mortes no Brasil foram 1.972 no dia 09 de março, 2.286 no dia 10, 2.841 no dia 16, 3.251 no dia 23, 3.650 no dia 26 e 3.780 no dia 30 do mesmo mês. Confira em:

<https://covid.saude.gov.br/>

<sup>17</sup> Veja como o setor produtivo privado do país tem atuado para suprir a demanda por oxigênio em:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/23/empresas-atuam-para-suprir-demanda.ghtml>

<sup>18</sup> A maioria das vacinas aplicadas no mundo requer mais de uma dose para atingir o percentual ótimo de proteção contra a Covid-19. Como, por exemplo, a vacina mais administrada no Brasil, a desenvolvida pelo laboratório Sinovac em parceria com o Instituto Butantan, necessita da aplicação de duas doses para obter a eficácia global de 50,38%, de acordo com os estudos. Veja mais em: <https://butantan.gov.br/noticias/vacina-do-butantan-tem-eficacia-global-superior-a-exigida-pela-oms>.

<sup>19</sup> Veja em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-estado-anuncia-quarentena-de-14-dias-para-combater-avanco-da-covid-19>

<sup>20</sup> Inicialmente, a duração dessa quarentena era de 14 dias iniciada em 18 de março, mas, devido à permanência da elevada taxa de ocupação de UTI no estado e à alta mobilidade de pessoas durante a primeira semana de quarentena, o seu prazo foi estendido por mais 4 dias com previsão de duração até 04 de abril. Veja mais em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-estado-anuncia-novas-medidas-restritivas-durante-a-quarentena>

Neste período, as medidas restritivas adotadas dizem respeito à suspensão do funcionamento de serviços e atividades que não são classificados como essenciais. Entre os classificados como essenciais estão: a assistência à saúde, as atividades industriais, a assistência social, os supermercados, os serviços funerários, as atividades da construção civil e as atividades de petróleo e combustíveis. Há também a suspensão do funcionamento dos transportes coletivos (municipal, intermunicipal e interestadual) no período de 28 de março a 04 de abril.

**O Governo do Estado apresentou também as propostas de medidas socioeconômicas de apoio aos setores da economia local durante este período, objetivando a mitigação dos impactos da pandemia e a manutenção dos empregos<sup>21</sup>. Estimado em R\$ 1,8 bilhão, o pacote contém medidas fiscais e tributárias e de crédito emergencial.**

Entre as novidades em relação às medidas anunciadas em março de 2020, início da epidemia no estado, estão o Fundo de Proteção ao Emprego, que consiste na facilitação

de acesso ao crédito pelos setores mais afetados pela pandemia como os hotéis, os bares e os eventos culturais, empresas destinarem parte do ICMS para apoiar estes setores, o relançamento do Procidades, programa do Bandes para financiar investimentos das gestões públicas dos municípios capixabas e a Lei de Incentivo à Cultura e Esporte, que possibilitará as empresas destinarem parte do ICMS para apoiar estes setores. A tabela 1 apresenta o resumo das medidas anunciadas que estão detalhadas no anexo 3.

**As medidas de proteção social, anunciadas ao final do mês e que totalizam R\$ 70,86 milhões, visam a assistência à população mais vulnerável à doença e em situação de pobreza<sup>22</sup>.**

Entre essas iniciativas estão a concessão de auxílio financeiro (3 parcelas de R\$ 150) às famílias mais pobres, a doação de cestas básicas para os alunos da rede estadual de ensino, para os profissionais da economia solidária e do artesanato, o atendimento à população em situação de rua, o lançamento do programa CNH Social e a abertura de cursos gratuitos de qualificação profissional.

**Tabela 1 - Resumo das medidas socioeconômicas anunciadas pelo Governo do Estado do Espírito Santo em março de 2021**

Medida 2021		Valor estimado (em R\$ milhões)
Fiscais e tributárias	Prorrogação do ICMS do simples nacional	100,0
	Lei de incentivo à cultura e esporte	20,0
	Refis 2021	850,0
	Prorrogação do IPVA	350,0
Crédito Emergencial	Fundo de apoio à economia capixaba	250,0
	Capital de giro banestes	100,0
	Fundo de aval	100,0
	Procidades	50,0
Total		1.820,0

Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo  
Elaboração: Ideies / Findes

A necessidade do recrudescimento das medidas restritivas em decorrência do avanço do espalhamento da Covid-19, pode desacelerar o ritmo de retomada da economia capixaba observado no 4º trimestre de 2020, conforme

apontado pelo Indicador de Atividade Econômica da Federação das Indústrias do Espírito Santo, o IAE-Findes, divulgado em março<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Veja em: <https://www.es.gov.br/Noticia/estado-anuncia-r-1-8-bilhao-em-medidas-socioeconomicas-para-enfrentamento-a-covid-19>.

<sup>22</sup> Confira em: <https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-espírito-santo-anuncia-pacote-com-medidas-de-protecao-social-no-enfrentamento-a-pandemia>.

<sup>23</sup> Em março, o Instituto Jones dos Santos Neves, outra instituição que também mensura a atividade econômica do Espírito Santo, divulgou o PIB do estado, que apresentou avanço de 3,1% na passagem do 3º para o 4º trimestre de 2020. No fechamento do ano, o PIB estadual recuou -5,1% em relação a 2019.

**No 4º trimestre de 2020, a atividade econômica do Espírito Santo avançou 4,4% em relação ao 3º trimestre, segunda alta consecutiva na variação marginal com o ajuste marginal<sup>24</sup>.**

Esta variação trimestral foi superior à verificada para o PIB do país, que avançou 3,2% no período. Contudo, o ganho do segundo semestre não foi suficiente para recuperar as perdas da primeira metade do ano, especialmente as do 2º trimestre, período de maior adoção das medidas restritivas contra a Covid-19 no estado.

**No fechamento de 2020, o IAE-Findes recuou -4,4% em relação a 2019.**

De acordo com o indicador, no ano a indústria estadual contraiu -12,8% e contribuiu com -3,2 p.p. na variação do IAE do 4º trimestre. Por sua vez, o setor de serviços recuou -2,7%, contribuindo com -0,8 p.p. A agropecuária apresentou uma perda de -4,6% e contribuiu com -0,1 p.p. (Gráfico 6).

A nível nacional, o PIB do país recuou -4,1% no acumulado de 2020, influenciado pelos setores de serviços (-4,5%) e da indústria (-3,5%), já que a agropecuária avançou 2,0% no ano.

Ainda sobre o desempenho da economia em 2020, outra informação recentemente divulgada foi a taxa de desemprego apurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A taxa de desocupação do país ficou em 13,9% no 4º trimestre, 0,7 p.p. abaixo do registrado no trimestre anterior (14,6%), e atingiu 13,5% na média anual, a maior taxa da série histórica iniciada em 2012.

**No Espírito Santo, a taxa de desocupação ficou em 13,4% no 4º trimestre, 0,5 p.p. abaixo do 3º trimestre, e em 12,7% na média anual. Esses resultados também são reflexos dos impactos gerados pela pandemia em 2020.**

**Tabela 2- Taxas de variação (%) do IAE-Findes para o Espírito Santo e do PIB para o Brasil, 4º trimestre de 2020**

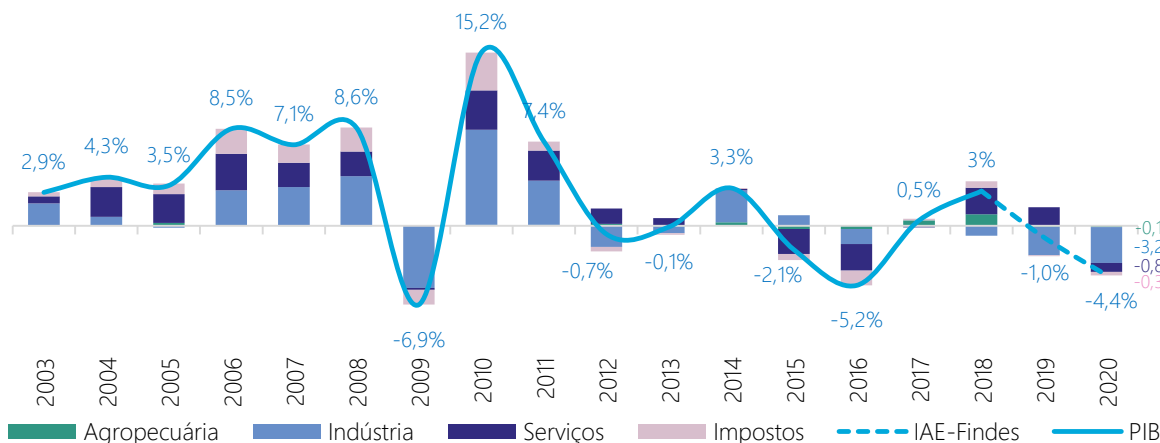
Variação (%)	Brasil				Espírito Santo			
	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	IAE-Findes	Agropecuária	Indústria	Serviços
Trimestre contra trimestre imediatamente anterior*	3,2	-0,5	1,9	2,7	4,4	3,1	6,3	2,6
Trimestre contra mesmo trimestre do ano anterior	-1,1	-0,4	1,2	-2,2	0,3	2,8	-2,9	-0,8
Taxa acumulada ao longo do ano	-4,1	2,00	-3,5	-4,5	-4,4	-4,6	-12,8	-2,7

(\*) Com ajuste sazonal

Fonte: IAE-Findes e SCNT-IBGE.

Elaboração Findes/Ideies

**Gráfico 6 - Taxa de variação anual do PIB/IAE-Findes\* do ES (%) e composição setorial (p.p.)**



(\*) Os valores de 2019 em diante são estimados pelo IAE-Findes.

Fonte: IAE-Findes e SCNT-IBGE.

Elaboração Findes/Ideies.

<sup>24</sup> Veja a publicação completa sobre o IAE-Findes em: [https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/943/original/IAE-Findes\\_4T2020.pdf?1615825897](https://portaldaindustria.es.com.br/system/repositories/files/000/000/943/original/IAE-Findes_4T2020.pdf?1615825897)

Com relação ao desempenho da economia no início de 2021, o indicador mensal de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br), que pode ser interpretado como uma prévia do PIB, aponta para um avanço de 1,04% na economia nacional na passagem de dezembro para janeiro, porém uma variação de -0,46% na comparação com janeiro de 2020.

**Para o Espírito Santo, o IBCR-ES em janeiro recuou -1,91% em relação a dezembro, influenciado pelas quedas na produção industrial (-13,4%), nas vendas do comércio varejista ampliado (-0,3%) e restrito (-2,4%), já que o volume de serviços cresceu 1,0% no período.**

Em janeiro de 2020, a contração foi de -0,79% na economia capixaba, puxada por variações negativas na indústria

(-11,5%) e nos serviços (-0,2%), enquanto comércio varejista restrito avançou 3,3% e o ampliado 1,0%.

No que se refere às expectativas de mercado, as apuradas pelo Boletim Focus para o PIB do país em 2021 recuaram pela quarta semana consecutiva. A mediana das estimativas do PIB para este ano passou de 3,22% na penúltima semana para 3,18% na última semana.

As novas variantes mais contagiosas do vírus da Covid-19, as restrições ao comércio internacional, o baixo índice de vacinação contra a doença e a necessidade do recrudescimento das medidas restritivas colocam em risco o processo de retomada da economia, que depende da circulação segura de pessoas e mercadorias e, na atual crise sanitária, depende também de um sistema de saúde não sobrecarregado em função da doença.

**Tabela 3 - Indicadores Econômicos (variações %)**

Indicadores Mensais	Jan 2021 / Dez 2020 <sup>1</sup>	Jan 2021 / Jan 2020	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	1,04	-0,46	-0,46	-4,04
Índice de atividade econômica regional ES	-1,91	-0,79	-0,79	-3,84
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	0,4	2,0	2,0	-4,3
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	-13,4	-11,5	-11,5	-13,2
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	-0,2	-0,3	-0,3	1,0
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	-2,4	3,3	3,3	4,5
Volume de vendas do comércio varejista ampliado <sup>2</sup> - Brasil	-2,1	-2,9	-2,9	-1,9
Volume de vendas do comércio varejista ampliado <sup>2</sup> - ES	-0,3	1,0	1,0	3,4
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	0,6	-4,7	-4,7	-8,3
Volume de vendas de serviço (PMS) - ES	1,0	-0,2	-0,2	-7,1

<sup>1</sup> Valores com ajuste sazonal <sup>2</sup> Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito. Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil  
Elaboração: Ideies / Findes

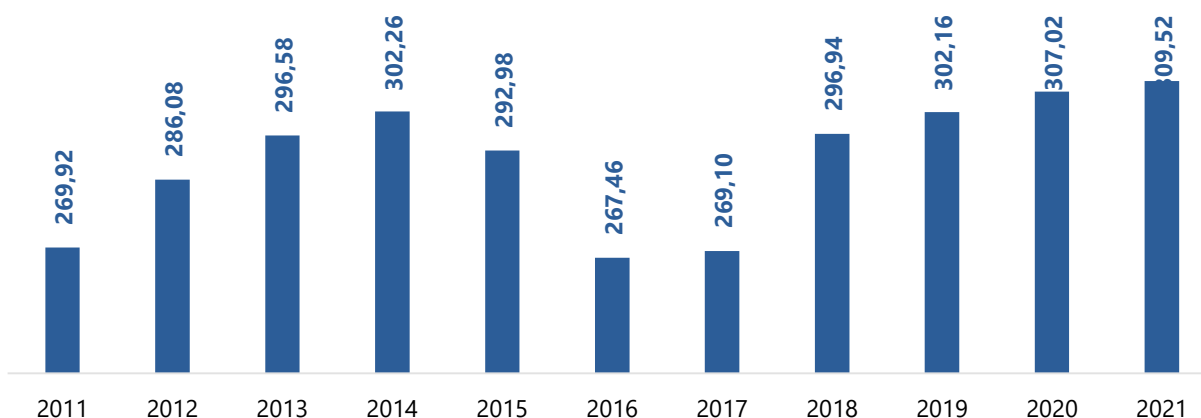
Outra variável relevante na análise da atividade econômica do país é a arrecadação federal. No período acumulado de janeiro e fevereiro, a Receita Federal arrecadou R\$ 309,5 bilhões, o que corresponde a um aumento real de 0,81% em relação ao montante arrecadado no mesmo período do ano passado. Esse aumento de arrecadação foi decorrente da elevação de receitas advindas do Imposto sobre Importação (crescimento de 26,27% em relação a 2020), do Imposto sobre Produtos Industrializados Total (23,03%), do Imposto sobre a Renda Total (6,40%) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (10,08%). Somente em fevereiro, a arrecadação totalizou R\$ 127,7 milhões, valor

29,72% inferior ao de janeiro de 2021, porém 4,30% superior ao resultado de fevereiro de 2020.

Em relação às pautas do Congresso Nacional, em março foi aprovada a proposta de Lei Orçamentária (PL nº 28/2020-CN) para o exercício financeiro da União em 2021, que encontra-se para a sanção presidencial. Essa Lei estima um montante para a receita da União no valor de R\$ 4,32 trilhões<sup>25</sup>. Contudo, o texto-base aprovado se difere daquele enviado pelo poder Executivo em agosto de 2020, devido às realocações de gastos apresentadas pelo relator-geral da proposta, o senador Marcio Bittar (MDB-AC).

<sup>25</sup> Veja em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/03/25/aprovado-orcamento-de-2021-com-deficit-de-r-247-1-bilhoes>

**Gráfico 7 - Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a fevereiro – em R\$ trilhões (a preços de fevereiro de 2021)**



Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal

Elaboração: Ideies / Findes

Entre estas estão os aumentos nos orçamentos dos Ministérios de Minas e Energia (44,2%), da Cidadania (22,1%), do Desenvolvimento Regional (23,6%) e da Saúde (4,8%), e redução nas áreas de ciência e tecnologia (-28,7%), educação (-27,1%) e meio ambiente (-25,1%).

Outro ponto de destaque do texto diz respeito à subestimação dos gastos com as despesas obrigatórias enviados no texto de agosto, conforme apontado pelo Ministério da Economia, somado ao corte de gastos

realizado pelo relator em março, o que tem feito os especialistas a considerar que o texto aprovado no Congresso trata-se, portanto, de um orçamento "fictício" e que pode comprometer a gestão fiscal do país em 2021. Vale ressaltar que o teto de gastos para este ano é de R\$ 1,48 trilhão e a meta do resultado fiscal para o período é de déficit (recorde) de até R\$ 247,1 bilhões, conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias sancionada pelo Presidente da República em dezembro de 2020.

### Box 1 - PEC Emergencial: regra fiscal adicional e nova rodada do auxílio emergencial

A PEC Emergencial (Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019) foi promulgada no dia 15 de março pelo Congresso Nacional e transformada na emenda constitucional nº 109 de 2021 (EC 109/2021).

A EC 109/2021 estabelece medidas de ajuste fiscal para União, estados e municípios, viabiliza o acionamento dos mecanismos automáticos (gatilhos) do teto de gastos (EC 95/2016), estabelece um plano para redução gradual dos gastos tributários, introduz a sustentabilidade da dívida na Constituição Federal (CF) e cria as bases para a concessão de uma nova rodada do auxílio emergencial, dentre outros temas<sup>26</sup>.

Introduzido pela EC 109/2021, o artigo 167-A da CF traz uma nova regra fiscal para estados e municípios, mas de caráter facultativo a fim de se respeitar a autonomia federativa. Essa nova regra estabelece que quando a despesa corrente superar 95% da receita corrente, no período de doze meses, o ente federado deverá adotar medidas de ajuste fiscal. Esse percentual deverá ser apurado bimestralmente. De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal, 14 estados já se enquadrariam nessa situação ao fim de 2019<sup>27</sup>.

<sup>26</sup> Veja mais detalhes da PEC Emergencial nos Comentários da IFI nº 10, de fevereiro de 2021

([https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/585101/CI10\\_PEC\\_emergencial.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/585101/CI10_PEC_emergencial.pdf)) e no Relatório de Acompanhamento Fiscal nº 50, de 22 de março de 2021 ([https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/586156/RAF50\\_MAR2021.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/586156/RAF50_MAR2021.pdf)).

<sup>27</sup> De acordo com o Boletim de Finanças dos Entes Subnacionais de outubro de 2020, referente ao exercício de 2019, se forem considerados os conceitos utilizados na apuração da capacidade de pagamento (Capag) dos estados feita pelo Tesouro Nacional, os seguintes entes federados estariam acima da regra dos 95%: Bahia (95,4%), Distrito Federal (96,5%), Goiás (98,1%), Maranhão (97,0%), Minas Gerais (105,2%), Mato Grosso do Sul (96,8%), Pernambuco (95,6%), Piauí (97,9%), Rio de Janeiro (99,6%), Rio Grande do Norte (96,3%), Rio Grande do Sul (103,5%), Santa Catarina (95,6%), Sergipe (98,4%) e Tocantins (95,9%). Essas informações podem ser conferidas em <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/boletim-de-financas-dos-entes-subnacionais/2020/114>.

Os mecanismos de ajuste fiscal consistem na vedação das seguintes ações: (i) aumento das despesas de pessoal; (ii) a criação de despesa obrigatória e a sua correção acima da inflação; (iii) a criação ou a expansão de programas de financiamento e refinanciamento de dívidas que envolve o aumento de subsídios e subvenções; e (iv) a concessão ou a ampliação dos gastos tributários, ou seja, benefícios tributários. Em relação às operações de crédito, caso o estado ou município ultrapasse a regra dos 95%<sup>28</sup>, fica vedado a obtenção de crédito e de garantia de outro ente federado.

Para a União, a forma de apuração da regra dos 95% é diferente. A EC 109/2021 adota esse percentual entre as despesas obrigatórias e as despesas primárias totais sujeitas ao teto de gastos<sup>29</sup>. Assim, acionam-se automaticamente as medidas de ajuste até o encerramento do exercício a que se refere a lei orçamentária. De acordo com a IFI, as despesas obrigatórias da União ficaram em 92,6% das despesas primárias em 2020 e seguindo as projeções, a referida relação atingiria os 95% apenas em 2025.

Dessa forma, a partir do artigo 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que, por sua vez, trata do acionamento automático de medidas (gatilhos) de ajuste fiscal do poder ou órgão autônomo ao romper o teto de gastos, a EC 109 aperfeiçoou<sup>30</sup> o acionamento dos gatilhos e o controle das despesas sujeita ao teto deverá durar até que as despesas retorne ao limite. As medidas de ajuste fiscal são similares às listadas no artigo 167-A destinados aos estados e municípios.

Sobre a redução dos gastos tributários, a EC 109/21 estabeleceu que o Presidente da República deverá apresentar ao Congresso, em até seis meses após a promulgação da emenda, um plano gradual de redução de benefícios e incentivos fiscais. Essa redução deverá ser de 10% anuais para que, ao fim de oito anos, os gastos

tributários alcancem o máximo de 2% do Produto Interno Bruto (PIB). Neste plano, não são considerados os benefícios tributários que englobam o Simples Nacional, Zona Franca de Manaus, entidades sem fins lucrativos e produtos da cesta básica<sup>31</sup>.

A EC 109/2021 também introduz um conjunto de dispositivos acerca da sustentabilidade da dívida pública. O novo inciso VIII do artigo 163 da CF prevê que a lei complementar deverá tratar a questão da sustentabilidade da dívida especificando indicadores de apuração, trajetória de convergência aos limites estabelecidos na legislação, resultado primário compatível e demais medidas de ajustes, como venda de ativos. De acordo com a IFI, com a constitucionalização desse tema, a sustentabilidade da dívida pública passa a ser considerada como um dos critérios básicos na gestão fiscal dos entes federados, entronizando práticas fiscais sustentáveis.

Cabe ressaltar que a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) já estabelece alguns parâmetros para o acompanhamento das dívidas dos entes e que o artigo 52 da CF, que dispõe sobre o limite da dívida consolidada da União, não foi regulamentado até a presente data. Além disso, a criação do artigo 164-A pela EC 109/2021 estabelece que os entes federados devem conduzir suas políticas fiscais de forma a manter a dívida pública em níveis sustentáveis, na forma prevista pela lei complementar.

Outro tema contido na EC 109/2021 trata da concessão do auxílio emergencial residual em 2021. A emenda estabelece que durante o exercício financeiro de 2021, as despesas decorrentes do auxílio, até o limite de R\$ 44 bilhões, estão excluídas da apuração da meta do resultado primário e do limite para as despesas primárias pelo teto de gastos. As operações de crédito para custear a concessão do auxílio ficam excluídas da verificação do cumprimento da regra de ouro<sup>32</sup>.

<sup>28</sup> A EC 109/2021 estabelece ainda que quando as despesas correntes superarem 85% das receitas correntes, os poderes dos estados já podem adotar as medidas de ajuste fiscal ou parte delas, sendo necessária a aprovação pelas assembleias ou câmaras municipais no prazo de 180 dias.

<sup>29</sup> O artigo 107 do ADCT estabelece limites para as despesas primárias, apurados para cada um dos poderes e órgãos autônomos da União, excluindo-se alguns itens especificados.

<sup>30</sup> A IFI do Senado Federal expõe que a EC 109/2021 soluciona um problema contido na EC 95/2016. Segundo a IFI, a interpretação da redação do parágrafo 4º do artigo 107 do ADCT é de que a lei orçamentária não pode ser aprovada com o descumprimento dos limites previstos no artigo supracitado. Dessa forma, caso o poder ou órgão autônomo venha descumprir o teto de gastos, há o risco de não se adotarem as medidas de ajuste enumeradas no artigo 109 do ADCT.

<sup>31</sup> De acordo com a IFI, esses benefícios e incentivos fiscais respondem por cerca de 50% do total das perdas de receita, obrigando a redução de grande parte das renúncias advindas de outros benefícios tributários. Para exemplificar, em 2019, os gastos tributários chegaram a 4,25% do PIB.

<sup>32</sup> De acordo com o artigo 167, inciso III da CF, a regra de ouro corresponde à vedação da realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

No dia 18 de março de 2021, o Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.039 que instituiu o auxílio emergencial 2021 (AE 2021) para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. O auxílio deverá ser pago em quatro parcelas mensais no valor de R\$ 250,00 aos trabalhadores beneficiários da primeira rodada do auxílio que tiveram parcelas de R\$ 600,00 (Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020) e da segunda rodada do auxílio, que

tiveram parcelas de R\$ 300,00 (MP nº 1.000, de 2 de setembro de 2020). Estarão elegíveis os beneficiários que constavam na base do governo em dezembro de 2020 e será limitado a um beneficiário por família. Além do mais, o valor de R\$ 375,00 no AE 2021 será destinado à mulher provedora de família monoparental e destina-se um benefício no valor de R\$ 150,00 a uma família unipessoal.

### 3. Desempenho Industrial

De acordo as informações disponibilizadas pela PIM-PF do IBGE para o mês de janeiro de 2021, a produção física da indústria do Brasil recuou -4,3% no acumulado dos últimos 12 meses<sup>33</sup>, ainda sob os efeitos das medidas mais restritivas adotadas no combate à Covid-19 no período de março a abril do ano passado.

**Na comparação de janeiro de 2021 contra o mesmo mês do ano passado, a produção industrial nacional avançou 2,0%. Houve crescimento tanto na indústria de transformação (2,3%) quanto na extrativa (0,3%).**

As atividades que mais influenciaram o resultado positivo do indicador geral foram a fabricação de máquinas e equipamentos (17,7%), os produtos de metal (12,9%) e os veículos automotores, reboques e carrocerias (4,8%).

**Frente a dezembro de 2020, a indústria brasileira avançou 0,4% em janeiro deste ano na série livre de efeitos sazonais.**

Apesar de ser a 9ª alta consecutiva nessa base de comparação, foi a menor variação desde o início do processo de retomada do setor em maio de 2020, o que aponta para uma certa desaceleração no ritmo de recuperação da indústria nacional. Segundo o IBGE, diferente dos resultados anteriores, as taxas positivas não foram predominantes entre as grandes categorias econômicas (2 de 4) e nas atividades pesquisadas (11 de 26). Em relação a esta última, a maior influência veio da expansão de 3,1% na fabricação de produtos alimentícios. O destaque negativo ficou por conta da queda de -13,9% na metalurgia.

**Tabela 4 – Variação (%) da Produção Industrial, janeiro de 2021**

	Jan 21/ Dez 20*	Jan 21/ Jan 20	Acumulada nos últimos 12 meses
<b>Indústria geral</b>	<b>0,4</b>	<b>2,0</b>	<b>-4,3</b>
<b>Indústrias extrativas</b>	<b>1,5</b>	<b>0,3</b>	<b>-2,0</b>
<b>Indústrias de transformação</b>	<b>-0,1</b>	<b>2,3</b>	<b>-4,6</b>
Bens de Capital	4,5	17,0	-8,9
Bens Intermediários	-1,3	2,3	-0,8
Bens de Consumo	1,0	-1,2	-9,0
Bens de consumo duráveis	-0,7	-4,2	-20,2
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	2,0	-0,4	-5,9
Bens não especificados anteriormente	-	-13,1	-19,1

(\*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

Elaboração: Ideies / Findes

<sup>33</sup> Compreende o período de fevereiro de 2020 a janeiro de 2021.



**No Espírito Santo, a produção industrial acumulou uma queda de -13,2% nos últimos 12 meses, puxada pela retração da indústria extrativa (-26,6%). A indústria de transformação**

**também registrou uma variação negativa (-2,2%), influenciada pelo menor desempenho da metalurgia (-20,3%).**

**Tabela 5 – Variação (%) da Produção Industrial, Espírito Santo – janeiro de 2021**

	Jan 21/ Dez 20*	Jan 21/ Jan 20	Acumulada nos últimos 12 meses
<b>Indústria geral</b>	<b>-13,4</b>	<b>-11,5</b>	<b>-13,2</b>
<b>Indústrias extrativas</b>	<b>1,2</b>	<b>-14,2</b>	<b>-26,6</b>
<b>Indústrias de transformação</b>	<b>-16,1</b>	<b>-9,8</b>	<b>-2,2</b>
Fabricação de produtos alimentícios	-10,2	-23,1	-0,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-3,4	58,0	28,1
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-1,1	22,8	3,3
Metalurgia	-33,4	-39,2	-20,3

(\*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE (PIM-PF)

**Em janeiro de 2021, frente ao mesmo mês de 2020, a indústria do Espírito Santo caiu -11,5%.**

O setor extrativo, que exerce a maior influência no indicador geral<sup>34</sup>, retraiu -14,2%, puxado pela menor produção de petróleo, gás natural e minério de ferro pelotizado.

A indústria de transformação também registrou uma variação negativa (-9,8%), pressionada pelas atividades de: metalurgia (-39,2%), em função da menor produção de bobinas a quente de aços ao carbono não revestidos, tubos flexíveis e tubos trefilados de ferro e aço; produtos alimentícios (-23,1%), que registrou uma menor fabricação de bombons e chocolates com cacau, açúcar cristal, produtos embutidos e massas alimentícias secas.

**Em contrapartida, houve crescimento na fabricação de celulose, papel e produtos de papel (58,0%) e nos produtos de minerais não-metálicos (22,8%). Este último foi puxado pela maior produção de granito talhado ou serrado e de cimento "Portland".**

**Na comparação com dezembro de 2020, a produção da indústria do Espírito Santo retraiu -13,4% na série livre dos efeitos sazonais, pior resultado marginal registrado no mês de janeiro desde o início da série histórica da PIM-PF.**

Essa queda foi influenciada pelo menor desempenho da indústria de transformação (-16,1%), já que a indústria extrativa cresceu 1,2% no período. Com relação a esta última, vale ressaltar que a produção de petróleo e gás natural no estado, segundo a ANP, aumentou 3,2% nessa base de comparação<sup>35</sup> e que, no dia 23 de dezembro, a Samarco retomou as operações em 1 das 4 usinas de pelotização do minério de ferro na unidade de Ubu em Anchieta (ES)<sup>36</sup>, paralisadas desde o final de 2015.

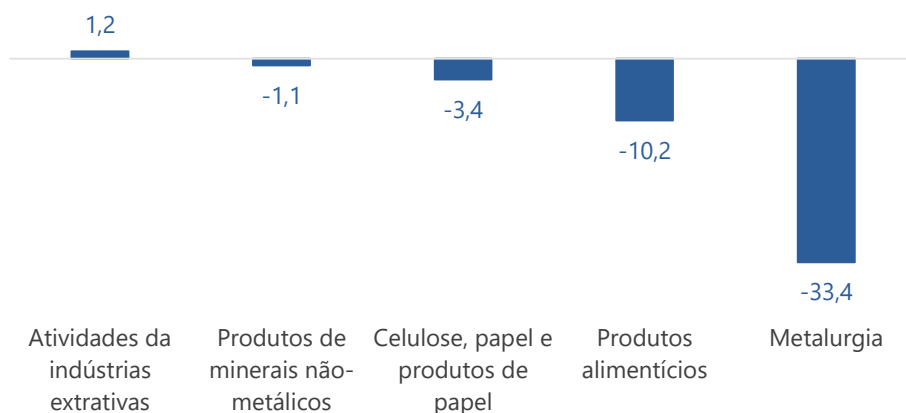
As quatro atividades pesquisadas da indústria de transformação capixaba registraram um menor desempenho na passagem de dezembro de 2020 para janeiro deste ano. Os maiores destaques negativos foram a metalurgia (-33,4%) e os produtos alimentícios (-10,2%).

<sup>34</sup> Responde por 54,2% do indicador geral do estado

<sup>35</sup> Saiba mais na edição de fevereiro de 2021 deste Boletim Econômico: [https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/936/original/Boletim-Fevereiro\\_2021.pdf?1614373268](https://portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/936/original/Boletim-Fevereiro_2021.pdf?1614373268)

<sup>36</sup> Saiba mais em: <https://www.samarco.com/quem-somos/>

**Gráfico 8 – Variação (%) da Produção Industrial do Espírito Santo, por atividade – jan. 2021/ dez.2020\***



(\*) Dados dessazonalizados  
Fonte: IBGE (PIM-PF)  
Elaboração: Ideies / Findes

De acordo com os últimos dados disponibilizados pela ANP, a produção petróleo e gás natural no Espírito Santo, outra importante atividade da indústria extrativa, totalizou 258,1 mil boe/dia em fevereiro de 2021. Essa quantidade foi -21,2% menor que a extraída no mesmo mês de 2020 e

8,0% maior que a registrada em janeiro deste ano. Esse crescimento na passagem de mês pode ter sido influenciado pela melhora nos preços dos contratos futuros de petróleo Brent (US\$ 66,1) e WTI (US\$ 61,5), que aumentaram 18,3% e 17,8%, respectivamente.

**Tabela 6 - Variação (%) e produção de petróleo e gás natural, Brasil e Espírito Santo – fevereiro de 2021**

	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (Mm <sup>3</sup> /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)	Gás Natural (Mm <sup>3</sup> /d)	Petróleo (bbl/d)	Total (boe/d)
<b>Produção</b>	<b>131.087</b>	<b>2.818.920</b>	<b>3.643.431</b>	<b>6.035</b>	<b>220.165</b>	<b>258.125</b>
Variação (%) - acumulada no ano	-0,1%	-7,3%	-5,7%	-19,3%	-26,4%	-25,4%
Variação (%) - fev.21/ fev.20	1,7%	-5,1%	-3,7%	-16,2%	-22,0%	-21,2%
Variação (%) - fev.21/jan.21	-3,9%	-1,9%	-2,3%	2,0%	9,1%	8,0%

Fonte: ANP  
Elaboração: Ideies / Findes

**Em relação ao comércio exterior, no acumulado de janeiro a fevereiro de 2021, o valor das exportações da indústria do Espírito Santo expandiu em 4,3% e a quantidade reduziu em -19,5%, frente ao mesmo período do ano anterior.**

As maiores contribuições para esse aumento monetário vieram das atividades de extração de minerais metálicos (20,9%), de fabricação de produtos de minerais não-

metálicos (55,5%) e de extração de petróleo e gás natural (16,8%).

**Apenas em fevereiro de 2021, a indústria capixaba exportou 1,2 milhão de toneladas que gerou US\$ 408,4 milhões.**

Se comparado ao mesmo mês de 2020, houve uma redução de 11,4% nas toneladas e um aumento de 16,7% no valor exportado.

**Tabela 7 - Principais atividades industriais exportadoras do Espírito Santo – Acumulado de janeiro a fevereiro de 2021**

Atividades industriais*	Jan. a Fev. 21		Variação Jan.21/Jan. 2020	
	US\$ milhões	Mil toneladas	US\$ milhões	Mil toneladas
Metalurgia	254,0	459,5	-11,3%	-27,1%
Extração de Minerais Metálicos	208,8	1.244,9	20,9%	-34,2%
Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	128,4	171,6	55,5%	44,1%
Extração de Petróleo e Gás Natural	114,5	397,8	16,8%	48,3%
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	70,5	238,2	-24,9%	7,4%
Extração de Minerais Não-Metálicos	14,6	77,8	-14,9%	-10,8%
Fabricação de Produtos Alimentícios	13,2	3,5	15,5%	6,0%
Fabricação de Coque, de Produtos Derivados Do Petróleo e de Biocombustíveis	6,4	11,1	-25,0%	-16,8%
Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	2,0	0,3	36,0%	20,2%
Fabricação de Produtos Químicos	1,2	1,4	46,9%	87,5%
Demais atividades	4,1	1,3	-61,0%	-36,7%
<b>Total da indústria</b>	<b>817,6</b>	<b>2.607,4</b>	<b>4,3%</b>	<b>-19,5%</b>

(\*) Cnae 2.0

Fonte: Funcex

Elaboração: Ideies/ Findes

No que se refere ao setor elétrico do Espírito Santo, em fevereiro de 2021 foram gerados 913,4 MW Med de energia elétrica e consumidos 1.508,1 MW Med. Essas quantidades foram, respectivamente, -4,3% e -1,3% menor que as registradas no mesmo mês de 2020. Ainda nessa base de

comparação, 6 dos 8 setores industriais fornecidos pela CCEE expandiram o consumo de energia elétrica no estado, com destaque para: minerais não-metálicos (41,2%); bebidas (39,8%); e químicos (26,0%).

**Tabela 8 – Consumo de energia elétrica no Espírito Santo – MW med**

Setor	Ramo de Atividade	Fev. 20 MW Med	Fev. 21 MW Med	Variação Fev 21 / Fev 20
indústria geral	Alimentícios	22,2	22,6	1,6%
	Bebidas	1,0	1,4	39,8%
	Extração de minerais metálicos	101,8	85,3	-16,2%
	Madeira, papel e celulose	11,9	11,5	-3,4%
	Manufaturados diversos	13,8	15,2	10,1%
	Metalurgia e produtos de metal	162,2	173,5	7,0%
	Minerais não-metálicos	52,5	74,2	41,2%
	Químicos	39,7	50,0	26,0%
	Têxteis	s/f	0,15	-
Demais	Comércio	24,5	27,5	12,0%
	Saneamento	0,6	1,2	93,2%
	Serviços	78,3	78,8	0,7%
	Telecomunicações	2,7	3,1	14,7%
	Transporte	0,4	0,3	-17,3%
	Veículos	4,4	3,1	-29,7%

Nota: s/f corresponde à "sem informação divulgada" pela CCEE.

(\*) Cnae domiciliar

Fonte: CCEE

Elaboração: Ideies/ Findes

Em março de 2021, o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) do Espírito Santo recuou 5,5 pontos, frente a fevereiro. Mesmo com essa queda, o índice, que atingiu os 55,3 pontos, ainda mostra confiança entre os empresários industriais capixabas. Essa redução pode estar atrelada às

incertezas causadas pelo aumento dos casos de coronavírus e seus possíveis efeitos na economia. A recente piora no quadro da pandemia no Brasil e no Espírito Santo tem motivado novas medidas de contenção à Covid-19, que têm implicações diretas na atividade econômica.

## 4. Preços, Juros e Crédito

Em fevereiro de 2021, a inflação brasileira medida pelo IPCA registrou uma variação de 0,86%, acelerando-se em relação a janeiro (0,25%). No acumulado em 12 meses, o IPCA do país ficou em 5,20% e segue acima da meta estabelecida para 2021<sup>37</sup>. Na RMGV, o índice mensal subiu 1,00% e acumulou alta de 6,00% em 12 meses.

A análise por grupos de produtos e serviços mostra que, para o Brasil, o grupo transportes (2,70%) foi o que mais impactou no índice de janeiro a fevereiro de 2021. Neste último mês, o resultado foi influenciado pelas altas dos preços dos combustíveis. O gráfico 10 mostra a evolução mensal dos preços da gasolina e do óleo diesel.

**Após registrar quedas nos preços nos meses de fevereiro a maio de 2020, intensificadas principalmente pelos desdobramentos da pandemia de Covid-19 em abril e maio, os preços da gasolina e do óleo diesel em 2021 têm contribuído para a aceleração do IPCA do país de**

**Tabela 9 - Variação (%) do IPCA – Fevereiro de 2021**

Período	Brasil	Grande Vitória
<b>Índice Mensal</b>	<b>0,86</b>	<b>1,00</b>
Preços Livres	0,58	0,74
Preços Administrados	1,69	1,62
<b>Acumulado no Ano</b>	<b>1,11</b>	<b>1,44</b>
Preços Livres	1,02	1,39
Preços Administrados	1,40	1,56
<b>Acumulado em 12 meses</b>	<b>5,20</b>	<b>6,00</b>
Preços Livres	5,68	6,33
Preços Administrados	3,80	5,07

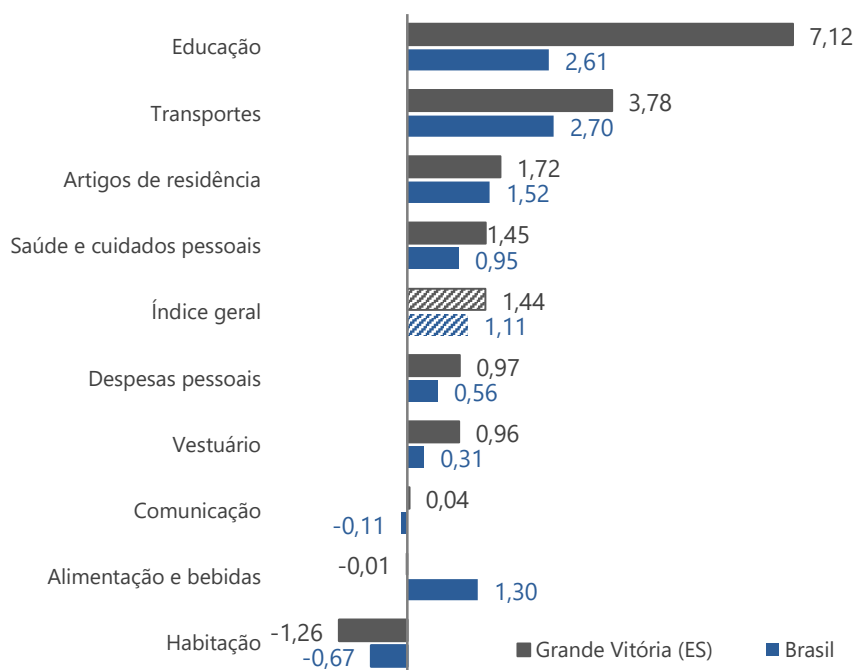
Fonte: IBGE e Banco Central.

Elaboração: Ideies/Findes.

Nota: (¹) Os “preços administrados”, segundo definição do Banco Central, referem-se aos preços que são menos sensíveis às condições de oferta e de demanda porque são estabelecidos por contrato ou por órgão público.

**janeiro para fevereiro de 2021. A gasolina teve uma alta de 7,11% em fevereiro e foi responsável por 42% do resultado do IPCA deste mês. No ano, a gasolina registra alta de 9,44%.**

**Gráfico 9 - IPCA por grupos de produtos e serviços | Variação acumulada no ano (%)**



Fonte: IBGE.

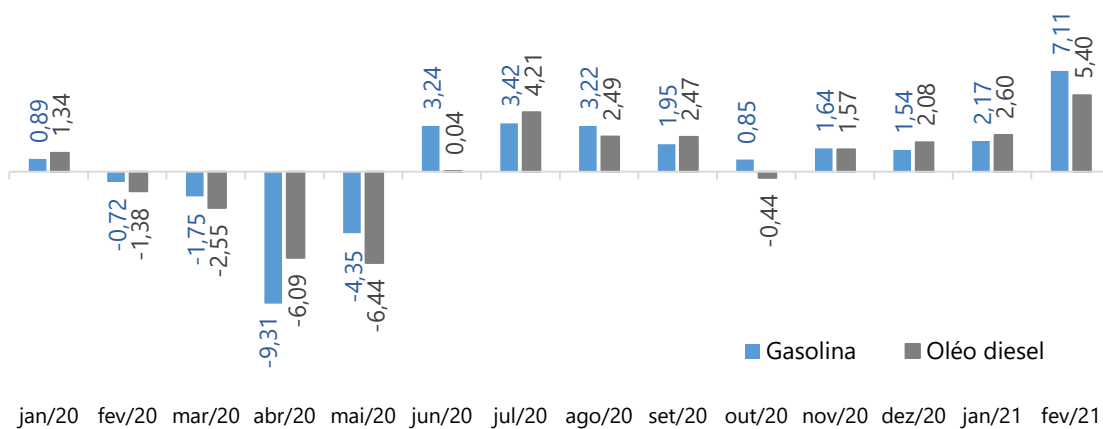
Elaboração: Ideies/Findes.

<sup>37</sup> A meta de inflação para 2021 é de 3,75% com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

**Os grupos educação e transportes puxaram a alta do IPCA na Grande Vitória nos dois primeiros meses de 2021. Os reajustes de preços promovidos pela Petrobras ao longo de fevereiro fizeram com que o grupo transportes registrasse uma variação de 2,20% no mês, influenciado pela alta nos preços da gasolina (7,38%) e do óleo diesel (3,9%) na Grande Vitória.**

Pelo lado das quedas, o destaque está para o grupo habitação. Mesmo que nos meses de janeiro e fevereiro de 2021 o consumidor passou a pagar um adicional menor, de R\$ 1,343, devido à vigência da bandeira amarela, o grupo habitação fechou o primeiro bimestre com uma queda de -1,26% no índice de preços da RMGV.

**Gráfico 10 – Evolução dos preços da gasolina e do óleo diesel ao consumidor final no Brasil | Variação mensal (%)**



Fonte: IBGE.  
Elaboração: Ideies/Findes.

Apesar da inflação ao consumidor (IPCA) se encontrar em 5,20% no acumulado dos últimos 12 meses, o acompanhamento do Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) contribui para captar a variação de preços em relação a outros agentes/canais na economia.

**O IGP-M registrou um aumento de 28,94% no acumulado em 12 meses, puxado pela aceleração dos preços no atacado (Índice de Preços por Atacado – IPA)<sup>38</sup>, que registrou alta de 40,12% no período. Os demais índices que compõem o IGP-M, o Índice de Preço ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), têm apresentado uma menor aceleração inflacionária, se comparado ao IPA, nos últimos 12 meses.**

Contudo, cabe ressaltar a aceleração dos preços dos itens

relacionados à construção civil, uma vez que em fevereiro de 2020 o INCC-M registrava uma alta de 4,15% no acumulado em 12 meses e em fevereiro de 2021, o índice ficou em 10,20%.

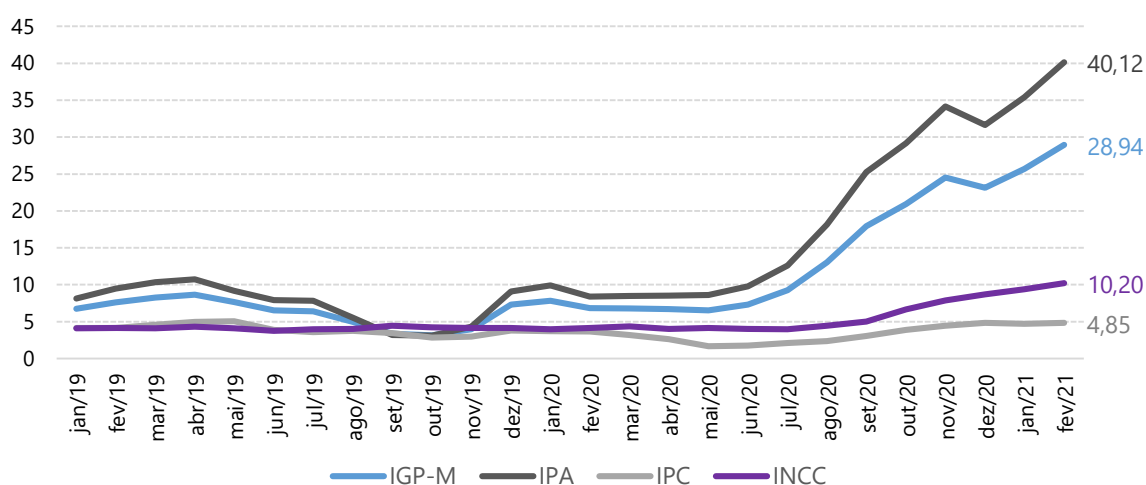
A evolução do IGP-M e seus componentes (gráfico 11) podem ser analisados conjuntamente com o índice de commodities (IC-Br) divulgado pelo Banco Central (gráfico 12), visto que o índice geral de preços é mais sensível que o índice de preço ao consumidor às oscilações dos preços de commodities e da taxa de câmbio.

**O IC-Br exprime a média mensal ponderada dos preços em reais das commodities relevantes para a dinâmica da inflação brasileira<sup>39</sup>. Nos últimos 12 meses, o IC-Br apresentou uma alta de 50,84%, passando de uma média de R\$ 206,62 em fevereiro de 2020 para uma média de R\$ 311,66 em fevereiro de 2021.**

<sup>38</sup> O IPA representa 60% no IGP-M. O IPC e o INCC têm pesos de, respectivamente, 30% e 10% no cálculo do IGP-M.

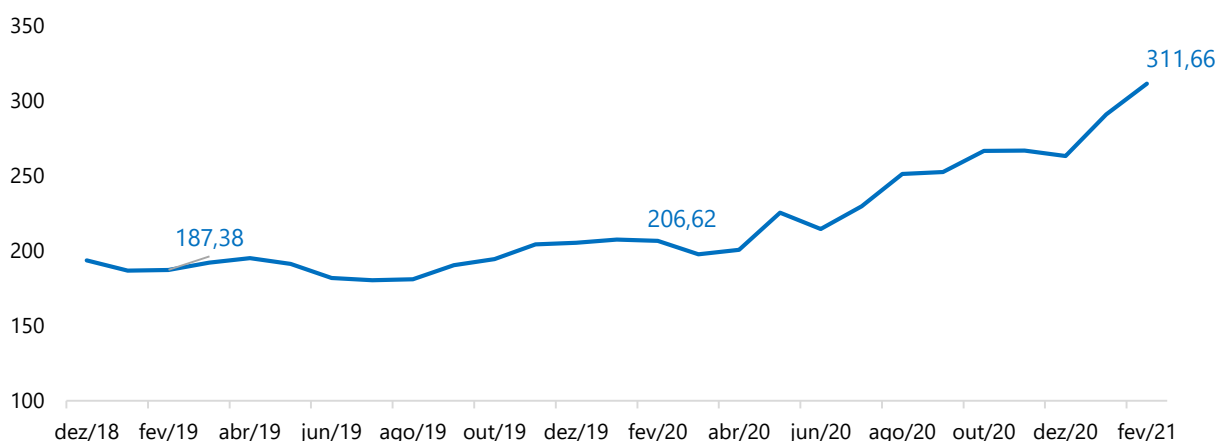
<sup>39</sup> De acordo com o Banco Central, o IC-Br agrega de forma ponderada os indicadores relativos aos segmentos Agropecuária, Metal e Energia. O indicador Agropecuária engloba carne de boi, algodão, óleo de soja, trigo, açúcar, milho, café, arroz, carne de porco, suco de laranja e cacau. O segmento Metal contempla alumínio, minério de ferro, cobre, estanho, zinco, chumbo, níquel, ouro e prata. O segmento Energia inclui petróleo Brent, gás natural e carvão.

**Gráfico 11 – IGP-M e seus componentes – Variação (%) acumulada em 12 meses**



Fonte: FGV e LCA Consultores  
Elaboração: Ideies/Findes.

**Gráfico 12 – Evolução do Índice de Commodities (IC-Br) | Cotação média em R\$**



Fonte: BCB.  
Elaboração: Ideies/Findes.

A taxa de câmbio nominal, por sua vez, tem apresentado uma tendência de depreciação desde o final do ano passado, apesar do câmbio ter girado em torno de R\$/US\$ 5,40 desde meados de junho de 2020. A cotação média ao final de fevereiro foi de R\$/US\$ 5,53 e, para o mesmo período do ano passado, representa uma depreciação de 22,15%.

De acordo com um estudo recente da A.C Pastore e Associados<sup>40</sup>, a moeda brasileira não tem acompanhado a tendência de enfraquecimento do dólar observado

desde maio passado, como resposta à expansão monetária promovida pelo Banco Central dos Estados Unidos (*Federal Reserve*) para combater os efeitos da pandemia de Covid-19, com a redução dos juros abaixo de 0,25% ao ano, compra de mais de US\$ 2 trilhões em títulos do Tesouro e relaxamento das metas de inflação e emprego. Outro estudo publicado no Blog do IBRE/FGV aponta que a depreciação cambial recente é causada por fatores locais, visto que o diferencial de juros interno e externo teve pouco importância e que a moeda brasileira acompanha os fundamentos globais<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> Veja mais em <https://valor.globo.com/financas/noticia/2021/03/09/alta-da-selic-tera-pouco-ou-nenhum-efeito-sobre-o-cambio-diz-pastore.ghtml>.

<sup>41</sup> Veja mais em <https://blogdoibre.fgv.br/posts/taxa-de-cambio-sob-fogo-amigo#ftn3>.

**Gráfico 13 – Evolução da taxa de câmbio nominal | (R\$/US\$)**



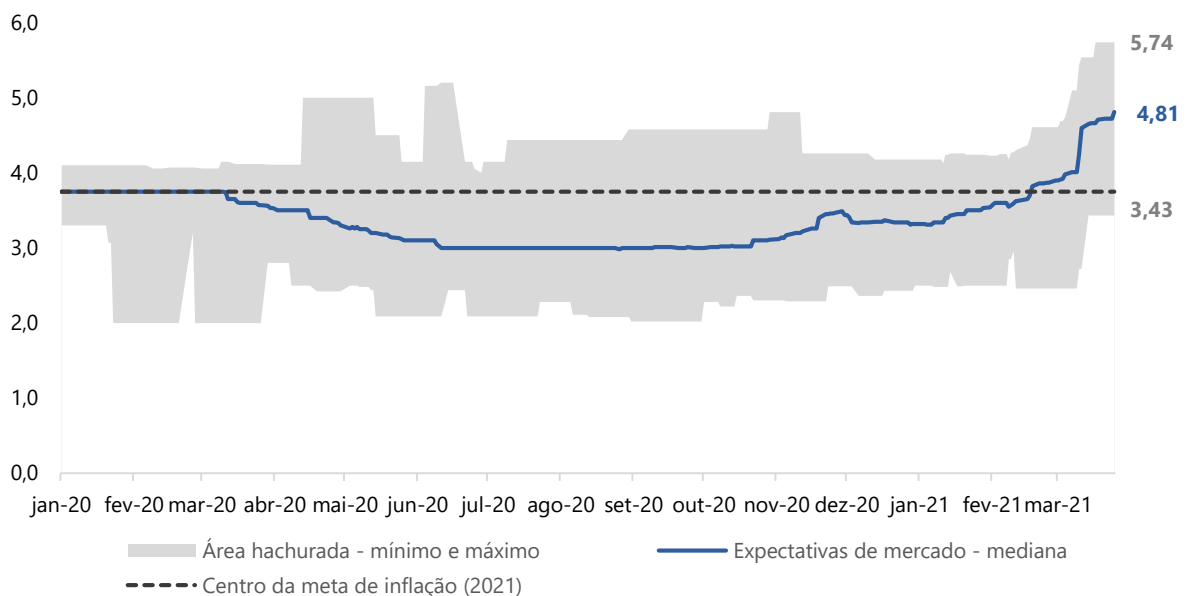
Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

Diante desse cenário de aumentos dos preços dos combustíveis, alta no preço de *commodities* e depreciação da taxa de câmbio, de acordo com o último Relatório Focus, do dia 23 de março de 2021, o mercado espera que a inflação oficial do país feche o ano de 2021

em 4,81%, ficando acima do centro da meta de inflação (3,75%). Cabe evidenciar que a mediana das expectativas para o IPCA segue com a 12ª alta semanal consecutiva, com a maior elevação observada no final de fevereiro.

**Gráfico 14 – Mediana da expectativa de mercado para o IPCA de 2021 – Variação (%) anual**



Fonte: BCB.

Elaboração: Ideies/Findes

**Em relação à taxa Selic, o Copom, na reunião de 17 de março de 2021, elevou a taxa básica de juros de 2,00% a.a. (mínima histórica) para 2,75% a.a., um aumento de 75 pontos-base. O Comitê se comprometeu em realizar um novo aumento de 75 pontos-base na próxima reunião, que ocorrerá em maio, caso não haja uma mudança significativa no balanço na trajetória da inflação<sup>42</sup>.**

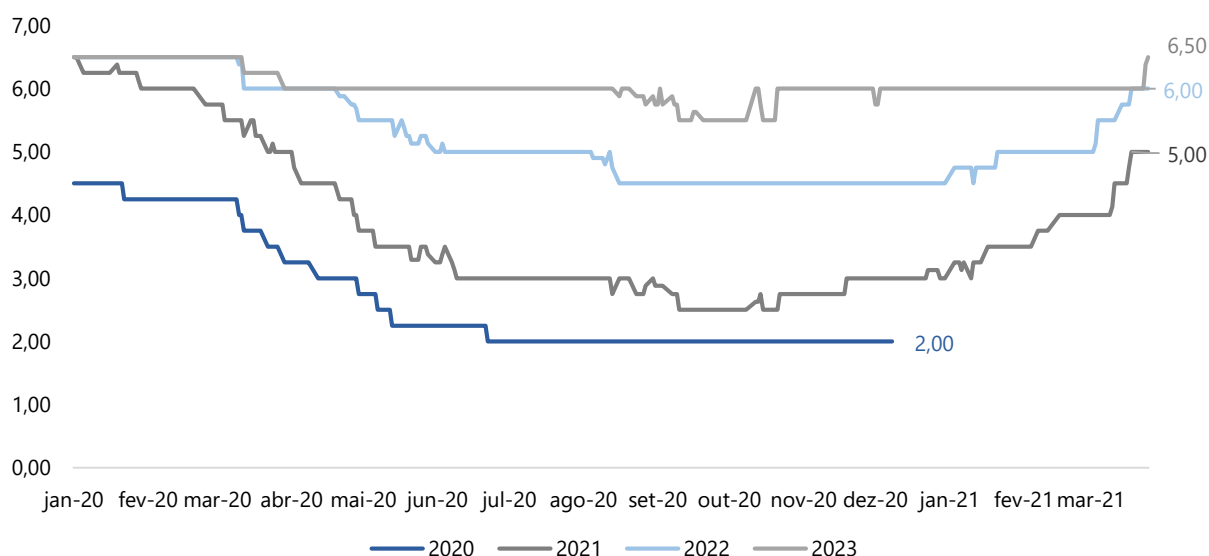
O Copom avaliou que "o cenário atual já não prescreve um grau de estímulo extraordinário", visto que: o "PIB encerrou 2020 com crescimento forte na margem, recuperando a maior parte da queda observada no primeiro semestre"; "as expectativas de inflação passaram a se situar acima da meta no horizonte relevante de política monetária"; e "houve elevação das projeções de inflação para níveis próximos ao limite superior da meta em 2021". Ao antever um próximo ajuste de 75 pontos-base já na reunião seguinte, o Comitê afirmou que "uma estratégia de ajuste mais célere do grau de estímulo tem como benefício reduzir a probabilidade de não cumprimento da meta para a inflação deste ano, assim como manter a ancoragem das expectativas para horizontes mais longos".

Os especialistas consultados pelo Jornal Valor

Econômico, Mario Torós (ex-diretor do Banco Central) e Affonso Celso Pastore (ex-presidente do Banco Central), expõem a divisão do entendimento em relação à magnitude da alta de juros promovida pelo Copom<sup>43</sup>. Para Torós, o Comitê acertou em aumentar a taxa Selic em 75 pontos-base para segurar as expectativas de inflação e, com isso, colher um ciclo de aperto monetário menor. Já para Pastores, ao afirmar que "a dose de alta da taxa foi excessiva e poderia ter ido mais devagar", descarta que a justificativa da elevação da taxa Selic seria para conter a inflação pela taxa de câmbio. Além disso, Pastore argumentou que a estratégia do Banco Central em aumentar os juros deve ter atribuído pouco peso à atividade econômica em sua função de perdas<sup>44</sup>.

**Com o aumento na taxa básica de juros da economia brasileira, a mediana das expectativas de mercado tem apresentado tendência de elevação para o final do ano, assim como para 2022. Até meados de dezembro último, o mercado esperava uma taxa Selic de 3,00% a.a. para 2021 e 4,50% a.a. para 2022. No último Relatório Focus, do dia 26 de março de 2021, a mediana já se encontrava em 5,00% a.a. e 6,00% a.a., respectivamente (gráfico 15).**

**Gráfico 15 – Evolução das projeções da Selic (Focus) – Variação (%) anual**



Fonte: Boletim Focus/Banco Central do Brasil  
Elaboração: Ideies/Findes

<sup>42</sup> Veja mais em <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17341/nota>.

<sup>43</sup> Veja mais em <https://valor.globo.com/financas/noticia/2021/03/19/forte-aumento-de-juro-divide-economistas.ghtml>.

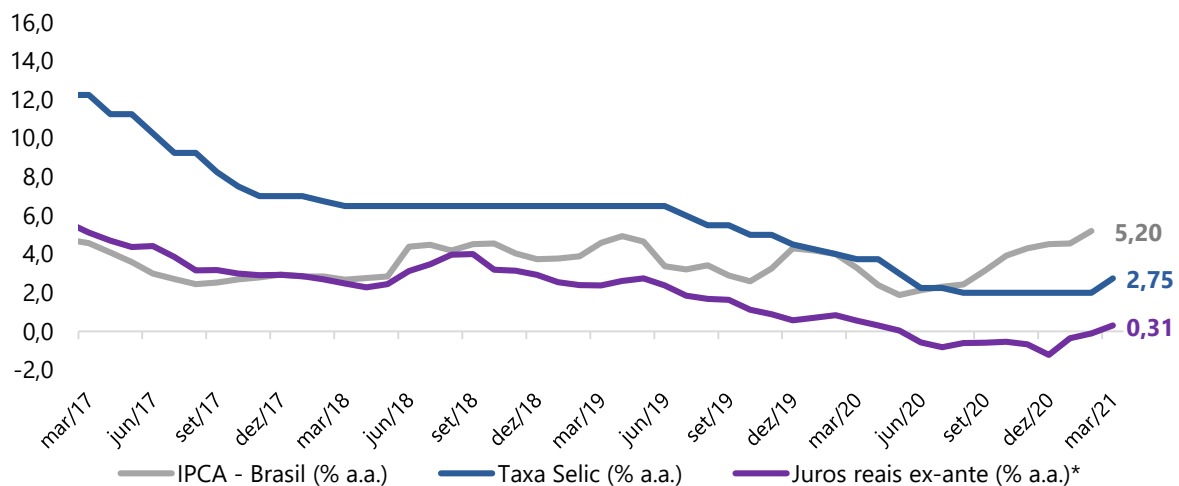
<sup>44</sup> Veja mais em <https://valor.globo.com/financas/noticia/2021/03/19/dose-de-alta-da-taxa-foi-excessiva-e-poderia-ter-ido-mais-devagar.ghtml>.



No que se refere à taxa de juros reais da economia, após fechar 2020 com o menor valor registrado na série (-1,22%), em fevereiro de 2021 os juros reais ficaram em -0,11% e para os dados disponíveis para março, a média dos juros reais foi de 0,31%. Devido à expectativa que a

taxa de inflação no curto prazo permaneça em níveis mais elevados e com a elevação da taxa Selic, os juros reais ex-ante da economia brasileira voltou a registrar taxas positivas em março de 2021, nos quais estavam em território negativo desde junho de 2020.

**Gráfico 16 – Evolução do IPCA, da taxa Selic e dos juros reais\* no Brasil**



(\* Juros Reais Ex-ante ≈ Swap Pré-DI (360 dias) – Inflação (expectativa mediana para os próximos 12 meses).

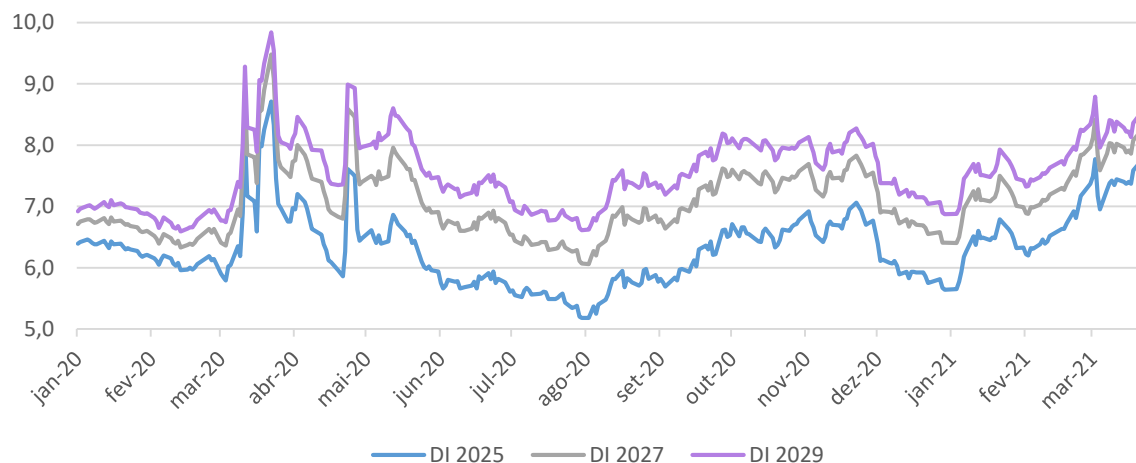
Fonte: BCB e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

Para o comportamento da curva de juros de longo prazo no Brasil, o gráfico 17 mostra que as taxas futuras dos contratos de DI para os anos de 2025, 2027 e 2029, após apresentarem redução nos últimos dias de 2020, reverteram a tendência de queda nos primeiros dias de

2021. Até o dia 23 de março de 2021, a taxa DI 2025 chegou a 7,91% a.a. Em dezembro de 2020, a taxa DI de um contrato para janeiro de 2025 foi de 5,98% ao ano em média.

**Gráfico 17 – Curva de juros futuros – Taxa DI (%)**



Fonte: B3 e LCA Consultores.

Elaboração: Ideies/Findes.

Em relação à análise conjuntural do mercado de crédito, o volume de crédito em janeiro de 2021 se manteve em R\$ 4,0 trilhões, apresentando estabilidade com relação a dezembro de 2020.

A carteira de crédito para pessoas físicas alcançou R\$ 2,3 trilhões, crescimento de 0,6% na variação mensal, mantendo o ritmo de expansão pelo oitavo mês consecutivo. Na comparação com janeiro de 2020, o crédito para as famílias cresceu 10,9%.

**O crédito para as empresas, por sua vez, atingiu R\$ 1,8 trilhão, queda de 0,8% na análise mensal, influenciada por fatores sazonais<sup>45</sup>. Para as grandes empresas o montante reduziu -2,2%, enquanto o crédito para às Micros, Pequenas e Médias empresas (MPMe) cresceu 1,1%. Na variação interanual, o crédito total às empresas manteve o ritmo de expansão de dois dígitos iniciado em maio de 2020, com alta de 23,1% em janeiro de 2021.**

Quando analisado por tipo de recursos, o mercado de crédito com recursos livres em janeiro de 2021 caiu 0,3% na comparação com dezembro de 2020, impactado pelas reduções das operações de crédito às empresas (-0,1%) relacionadas ao controle de fluxo de caixa, como o desconto de duplicatas e recebíveis, antecipação de faturas e a carteira de capital de giro, de acordo com o Banco Central (BC). A carteira de crédito direcionado, por sua vez, aumentou 0,3% na análise mensal.

**No Espírito Santo, o saldo das operações de crédito iniciou 2021 com um volume de R\$ 59,8 bilhões, crescimento mensal de 0,3%. Esta é a sétima alta consecutiva, influenciada pelo aumento na carteira de crédito às famílias (0,7%), que alcançou R\$ 34,2 bilhões. O crédito às empresas totalizou R\$ 25,6 bilhões, registrando leve queda mensal de -0,2%, após seis meses de crescimento consecutivo. Na análise interanual, o mercado de crédito capixaba continua em expansão<sup>46</sup>.**

**Tabela 10 - Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador - Brasil e Espírito Santo**

Saldo da Carteira de Crédito	Janeiro de 2020			Dezembro de 2020			Janeiro de 2021		
	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)
<b>Brasil</b>									
<b>Credito Total</b>	-0,3	7,1	3.466,8	1,6	15,7	4.021,6	0,0	16,0	4.020,1
Pessoa Jurídica	-1,8	0,7	1.433,2	1,7	21,9	1.779,1	-0,8	23,1	1.764,0
Micro, Pequena e Média (MPMe)	-1,4	6,0	537,6	2,3	32,2	720,9	1,1	35,6	729,2
Empresas de grande porte	-2,1	-2,2	895,5	1,3	15,7	1.058,2	-2,2	15,5	1.034,8
Pessoa Física	0,8	12,1	2.033,6	1,5	11,2	2.242,5	0,6	10,9	2.256,0
<b>Recursos Livres</b>	-0,5	14,5	2.001,7	1,9	15,9	2.323,8	-0,3	15,8	2.317,5
Pessoa Jurídica	-2,5	12,0	877,2	2,2	21,3	1.091,5	-1,0	23,1	1.080,2
Pessoa Física	1,1	16,5	1.124,5	1,6	10,8	1.232,3	0,4	10,0	1.237,2
<b>Recursos Direcionados</b>	0,0	-1,6	1.465,1	1,2	15,9	1.697,8	0,3	16,2	1.702,6
Pessoa Jurídica	-0,7	-13,1	555,9	0,9	22,8	687,6	-0,6	23,0	683,8
Pessoa Física	0,5	7,1	909,2	1,5	11,7	1.010,2	0,9	12,1	1.018,8
<b>Espírito Santo</b>									
<b>Credito Total</b>	-0,1	7,5	52,9	1,6	12,6	59,6	0,3	13,0	59,8
Pessoa Jurídica	-1,0	6,4	21,0	2,0	20,7	25,7	-0,2	21,7	25,6
Pessoa Física	-0,6	8,3	31,9	1,3	7,1	33,9	0,7	7,3	34,2

Nota: Variação ao mês refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior.

Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Findes

<sup>45</sup> De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), entre outros fatores, o dado de janeiro possui forte componente sazonal, tipicamente de retração das operações de crédito para as empresas. Na análise das concessões creditícias, a Febraban aponta que nas concessões de crédito, o componente sazonal está relacionado com o elevado volume de concessões do mês anterior, em função, dentro de outros, das compras do Natal e eventos de fim de ano.

<sup>46</sup> Neste mês, o governo do Espírito Santo anunciou um pacote de medidas de auxílio econômico que somam R\$ 1,8 bilhão para tentar mitigar os efeitos da quarentena e das restrições de combate à pandemia sobre as empresas (ver Anexo 3).

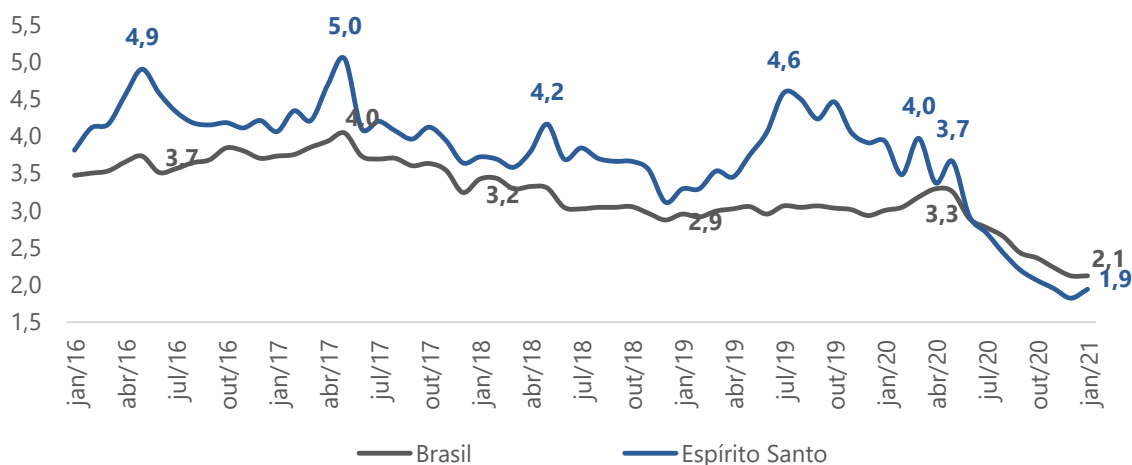
Em 2021, o mercado de crédito no Espírito Santo continuará a ser um fator importante para impulsionar a retomada econômica no estado, e as medidas de facilitação de acesso ao crédito serão relevantes para reduzir os impactos da pandemia sobre o setor produtivo capixaba.

Em janeiro de 2021, a taxa de inadimplência das operações de crédito no Brasil ficou estável no menor valor da série histórica (2,1%), iniciada em março de 2011, reforçando a tendência de redução observada desde maio de 2020. Este resultado se deve tanto à taxa de inadimplência das operações de crédito às empresas quanto às famílias<sup>47</sup>.

No Espírito Santo, a taxa de inadimplência total ficou em 1,9%, na passagem de dezembro de 2020 para janeiro de 2021, alta de +1,0 p.p. Esta elevação foi influenciada pela taxa de inadimplência dos empréstimos para empresas capixabas (1,0%), que aumentou 0,2 p.p., após registrar o menor valor da série histórica no mês anterior.

**Em dezembro de 2020, os atrasos superiores a 90 dias chegaram ao menor nível da história, em razão da postergação de pagamentos e renegociações de parcelas de empréstimos em diversas modalidades de crédito realizadas durante a pandemia. Em janeiro de 2021, as taxas de inadimplência do estado e do país continuaram em patamares baixos, conforme pode ser visto no gráfico 18.**

**Gráfico 18 – Taxa de inadimplência da carteira de crédito - Espírito Santo e Brasil**



Fonte: Banco Central  
Elaboração: Ideies / Findes

**No que refere aos custos do crédito, a taxa média de juros do país aumentou 1,6 p.p. em janeiro de 2021, ao passar de 18,4% a.a. para 20,0% a.a., a maior taxa desde maio de 2020<sup>48</sup>.**

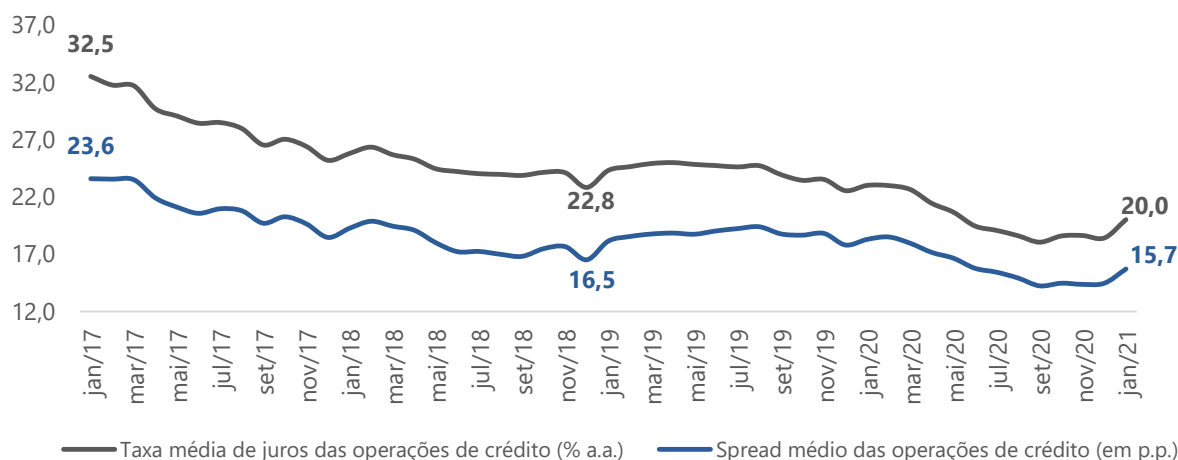
A expansão da taxa média de juros nacional foi puxada pela alta de +2,3 p.p. nas taxas de juros cobradas nas operações de crédito com as empresas, que ficou em 13,4%, a maior taxa desde o início da pandemia. A taxa de juros das operações de crédito às famílias avançou +1,1 p.p., iniciando

O spread bancário médio total, que mede a diferença entre a taxa média de juros das novas operações de crédito contratadas e o custo de captação referencial médio, situou-se em 15,7 p.p. em janeiro de 2021, aumento de +0,2 p.p. na comparação com dezembro de 2020. Esta é o segundo aumento consecutivo, influenciado, principalmente, pela expansão do spread médio das operações de crédito às empresas (+1,6 p.p.). O spread médio das operações de crédito às famílias ficou em 20,4 p.p., aumento de +1,0 p.p.

<sup>47</sup> A edição da Medida Provisória (MP) n° 958, em abril de 2020, teve um importante papel em destravar o acesso de crédito às empresas, principalmente pela dispensa, por seis meses, das exigências previstas em lei para contratações e negociações de operações de crédito. A medida provisória n° 1.028, de fevereiro de 2021, também estabelece normas para facilitação de acesso ao crédito, suspendendo exigências para contratações de empréstimos com instituições financeiras públicas e privadas até 30 de junho. Veja mais informações em <<https://bit.ly/30PBCXH>>

<sup>48</sup> Em decorrência do fim de uma série de estímulos e incentivos às instituições financeiras, como o encerramento do prazo da isenção de cobrança de Impostos sobre Operações Financeiras (IOF) para empréstimos em 2020 (<https://bit.ly/3cV16sv>); o aumento de alíquota de Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as instituições financeiras - seguradoras, empresas de

**Gráfico 19 – Taxa média de juros e spread médio bancário das operações de crédito no Brasil**



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Findes

Com relação às taxas médias de juros cobradas pelos principais bancos do país, na comparação dos dados da primeira semana de fevereiro em relação à primeira semana de março de 2021, observa-se queda na média total das taxas de juros ao mês nas modalidades de capital de giro e desconto de duplicatas. Ao ano, a média total das taxas de juros nas modalidades de capital de giro de mais longo prazo (acima de 365 dias) e

e adiantamento sobre contratos de câmbios também caíram. No Espírito Santo, as taxas médias de juros (ao mês e ao ano) cobradas pelo Banestes para as modalidades de capital de giro aumentaram, na mesma base comparativa<sup>49</sup>. A única modalidade de crédito que teve seus custos reduzidos ao mês e ao ano foi a de desconto de duplicatas – antecipação dos fluxos de caixa.

**Tabela 11 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica**

Período Analisado: de 01/03/2021 a 05/03/2021

Instituição	Capital de Giro até 365 dias		Capital de Giro superior 365 dias		Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento sobre Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	1,2	15,0	1,1	14,3	2,3	31,8	1,0	12,7	0,3	3,4
Caixa Econômica	1,8	23,9	1,2	15,3	-	-	1,8	23,5	0,5	5,7
Santander	-	42,2	2,1	28,1	2,4	32,1	0,6	7,6	0,2	2,4
Itaú-Unibanco	1,4	18,7	1,4	17,5	3,0	41,9	1,1	14,6	0,3	4,1
Bradesco	1,4	17,7	1,5	18,9	2,9	40,5	0,9	10,9	0,2	2,0
Banestes	1,7	22,3	1,6	21,0	2,5	34,3	2,1	27,5	-	-
Média Total	1,45	23,5	1,4	18,8	2,6	36,6	1,1	13,9	0,3	3,5
<b>Varição Banestes*</b>	<b>0,1</b>	<b>1,6</b>	<b>0,5</b>	<b>7,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,5</b>	<b>-0,1</b>	<b>-1,4</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Varição média total*</b>	<b>-0,3</b>	<b>0,3</b>	<b>-0,1</b>	<b>-1,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,4</b>	<b>0,0</b>	<b>0,5</b>	<b>-0,1</b>	<b>-0,9</b>

\* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 01/02/2021 a 05/02/2021

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central

Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Sistema Findes

capitalização e cooperativas de crédito (<https://glo.bo/3r9R4J1>); e a elevação dos prêmios de risco nas taxas futuras de juros (<https://bit.ly/3f8aeMX>), o custo de crédito pode ser impactado em 2021. Outras medidas anunciadas do Banco Central que liberavam liquidez e capital às instituições financeiras também encerraram em 2020, e podem impactar a precificação do risco nas novas operações de crédito neste ano. Por último, o possível aumento da taxa de inadimplência nos próximos meses também pode afetar o custo de crédito devido às incertezas sobre o desempenho da atividade econômica.

<sup>49</sup> Em 2020, o volume total de crédito concedido pelo Banestes foi de mais de R\$ 3,3 bilhões. Em créditos emergenciais, concedeu mais de R\$ 481 milhões, em mais de 14,3 mil operações. Em relação a repactuação de operações de crédito em até cinco anos, o valor total atingiu um volume superior a R\$ 370 milhões. Em 2021, o Banestes já concedeu mais de R\$ 41,2 milhões em operações de crédito emergencial, em 1.330 operações. O volume de crédito total já ultrapassa R\$ 862,1 milhões. Veja mais informações em <<https://bit.ly/3IEL5L8>>.

## Box 2 – Aceleração da inflação brasileira e recente alta da inflação nos países desenvolvidos

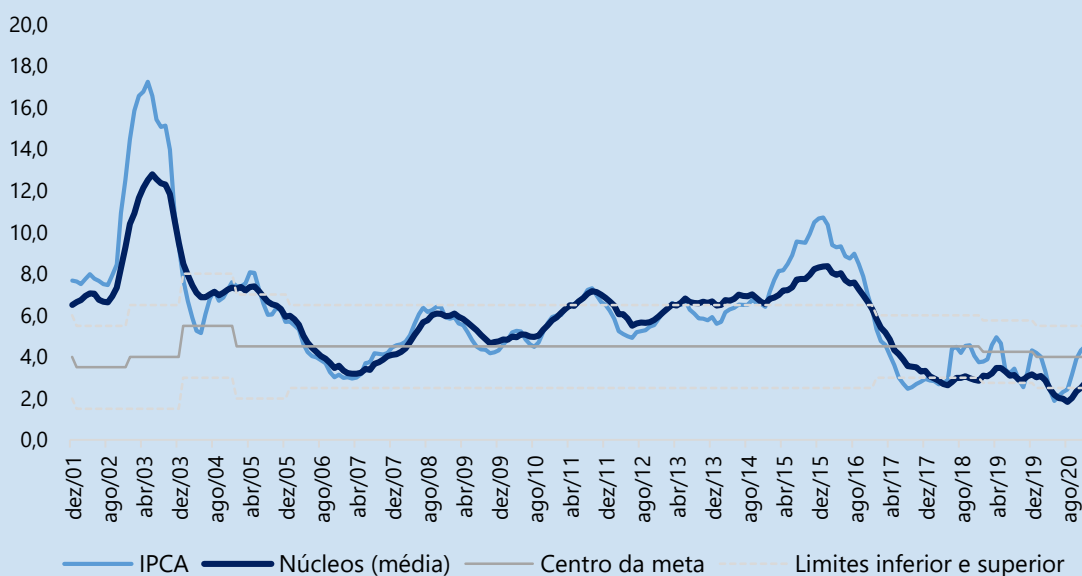
A análise conjuntural sobre a inflação brasileira contida nesta seção procurou mostrar que as pressões provocadas pelos combustíveis, a alta dos preços das commodities e a depreciação cambial têm impactado fortemente os índices gerais de preços e refletido na aceleração do preços ao consumidor, medido pelo IPCA.

Uma forma de analisar a dinâmica inflacionária corrente é acompanhar a evolução das medidas de núcleo de inflação calculadas e divulgadas pelo Banco Central<sup>50</sup>. Os núcleos são construídos com o intuito de retirar da inflação cheia a influência de itens que apresentam maior volatilidade sobre a inflação ao consumidor<sup>51</sup>. O gráfico 20 mostra a média dos nove núcleos do IPCA e o próprio IPCA, ambos em variação acumulada em 12 meses, de dezembro de 2001 a fevereiro de 2021.

Tanto a inflação oficial do país quanto a média dos núcleos ficaram acima do centro da meta de inflação entre os anos de 2008 e 2016. A partir de 2017, a média dos núcleos do IPCA em 12 meses tem permanecido abaixo da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o que reflete uma atividade econômica com ociosidade e baixo crescimento.

Nestes dois primeiros meses de 2021, observa-se uma aceleração dos núcleos do IPCA em direção à meta de 3,75% para 2021. A média dos núcleos encerrou o ano de 2020 com uma variação em 12 meses de 2,76%. Já em fevereiro de 2021, a média dos núcleos do IPCA registrou uma alta de 3,13% no acumulado em 12 meses.

**Gráfico 20 – Média dos núcleos (IPCA) e IPCA – Variação acumulada em 12 meses (%)**



Fonte: Banco Central do Brasil e IBGE.  
Elaboração: Ideies/Findes

<sup>50</sup> No Brasil, atualmente, o Banco Central acompanha nove medidas de núcleo de inflação. Apesar de não ser consenso na literatura sobre o que constitui um núcleo de inflação ideal, utiliza-se um conjunto de critérios para avaliá-los e, como nenhum núcleo prevalece em todos os critérios, comumente os analistas utilizam mais de uma medida de núcleo em seus estudos. Veja mais sobre os núcleos de inflação em [https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/Novas\\_medidas\\_nucleo\\_inflacao.pdf](https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/Novas_medidas_nucleo_inflacao.pdf).

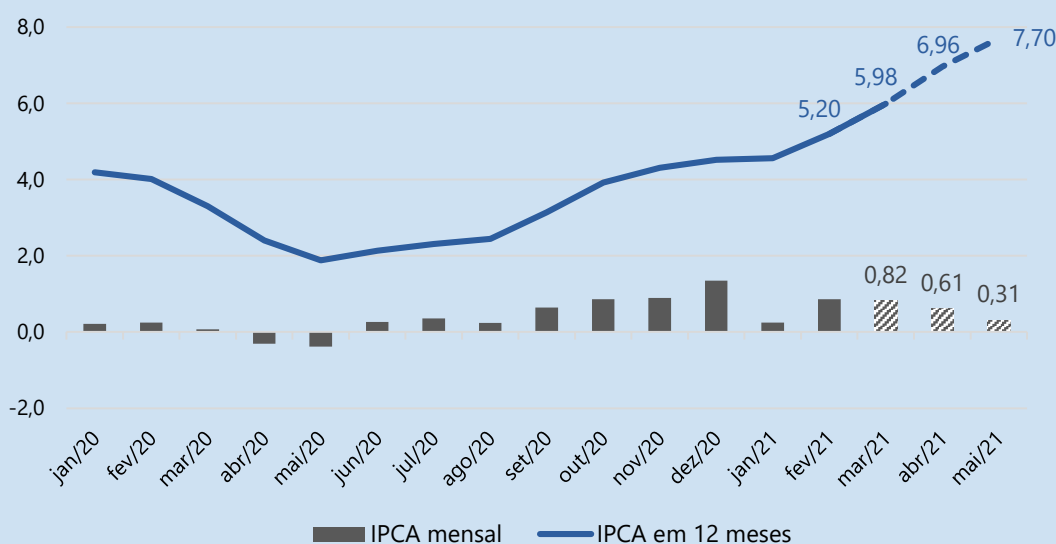
<sup>51</sup> As medidas de núcleo de inflação são utilizadas como ferramenta de auxílio à condução da política monetária, sendo adotadas por diversos bancos centrais no mundo. O levantamento realizado por da Silva Filho & Figueiredo (2014) mostrou que esses indicadores são divulgados na África do Sul, Austrália, Canadá, Chile, Estados Unidos, Japão, México, entre outros. Os autores argumentam que essas métricas servem, supostamente, para avaliar as pressões inflacionárias na economia e auxiliam na antecipação dos movimentos futuros dos preços ao consumidor. Acesse <https://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD356.pdf>.

De acordo com o Boletim Macro do IBRE/FGV de março de 2021, a expectativa é de que o IPCA feche o primeiro semestre de 2021 com uma alta em 12 meses próxima a 7,0%, correspondendo quase o dobro da meta de inflação para o ano. Com o risco da inflação de fechar o ano acima do teto da margem de tolerância, os recuos na taxa acumulada em 12 meses ocorreriam apenas no último trimestre<sup>52</sup>.

No Relatório de Inflação (RI) do 1º trimestre de 2021, o Banco Central apresenta as projeções de curto prazo para o IPCA mensal, a partir do cenário básico do Comitê de Política Monetária (Copom). Para os meses de março, abril e maio, o Copom considera variações de 0,82%, 0,61% e 0,31%, respectivamente<sup>53</sup>. O gráfico 21 mostra que, se

As projeções forem confirmadas, o IPCA acumulado em 12 meses continuará com tendência de alta e atingirá 7,70% em maio de 2021. O Banco Central argumenta que a inflação ainda elevada projetada para esses três meses<sup>54</sup> se deve (i) à pressão dos preços dos combustíveis, (ii) à persistência pressão sobre os preços de bens, considerando as altas recentes de custos e o atraso na normalização das condições de oferta, como por exemplo, a falta de insumos e produtos, e (iii) à manutenção de demanda mais forte por bens devido ao recrudescimento da pandemia e da nova rodada do auxílio emergencial. Contudo, o Banco Central expõe que o agravamento da pandemia pode contribuir para manter baixas as variações de preços dos serviços.

**Gráfico 21 – IPCA e projeção de curto prazo do Copom – Variação (%)**



(\*) Projeções de curto prazo do cenário básico do Copom para os meses de março, abril e maio de 2021. Os dados divulgados pelo IBGE para o IPCA estão disponíveis até o mês de fevereiro de 2021.

Fonte: IBGE e BCB.

Elaboração: Ideies/Findes.

É importante ressaltar que esse cenário nos próximos meses indica uma inflação acumulada acima da meta em um contexto de atividade econômica fraca, sugerindo que a inflação observada não seja causada por fatores da demanda, mas por conta da pandemia de Covid-19, escassez de produtos, atrelado ao aumento dos preços de commodities (choque de oferta).

Ademais, com a mediana das expectativas de mercado em alta por onze semanas consecutivas, a aceleração da média dos núcleos do IPCA e a perspectiva de que a

inflação cheia ultrapasse o teto da margem de tolerância no primeiro semestre, o movimento do Banco Central em aumentar a taxa Selic, mesmo em um contexto de recuperação da economia, vai na direção de se manter as expectativas ancoradas e para que o IPCA termine o ano dentro do limite superior da meta (5,25%). Assim, espera-se que outras elevações da taxa básica de juros deverão ocorrer. Cabe lembrar que, conforme exposto nesta seção, o IPCA em 12 meses registrou alta de 5,20% em fevereiro de 2021.

<sup>52</sup> Veja mais em <https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2021-03/2021-03-boletim-macro.pdf>

<sup>53</sup> Veja mais em <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202103/ri202103p.pdf>

<sup>54</sup> Há um efeito estatístico também a ser considerado, visto que ocorrerá um descarte das variações atipicamente baixas observadas nos meses de abril e maio de 2020, devido aos desdobramentos da pandemia de Covid-19.

Esse cenário mostra que o Brasil acompanha uma tendência de agravamento das perspectivas inflacionárias observadas nas principais economias avançadas. Na Ata da 237ª reunião do Copom<sup>55</sup>, a análise da conjuntura econômica externa feita pelo Comitê indica que os novos estímulos fiscais em alguns países desenvolvidos, atrelado ao avanço da imunização contra a Covid-19, devem promover uma recuperação mais robusta da economia ao longo do ano e que os bancos centrais destes países continuarão com os estímulos monetários.

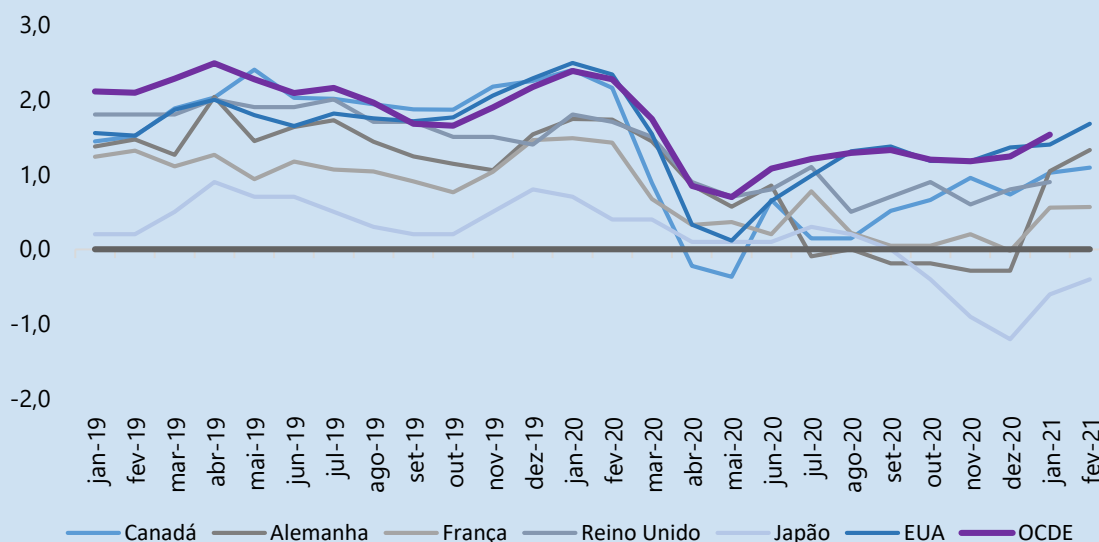
Diante desse cenário externo, o Copom expõe que os mercados têm questionado os riscos inflacionários nas economias avançadas<sup>56</sup>. Esse questionamento tem despertado uma preocupação de uma alta sustentada dos juros ao redor mundo com os sinais de pressão dos preços ao consumidor.

Os dados da Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que a inflação ao consumidor nos países-membros tem se acelerado nestes dois primeiros meses de 2021, após a desaceleração devido aos efeitos da pandemia de Covid-19 no ano passado.

Alemanha (-0,28%), França (-0,02%) e Japão (-1,20%) fecharam o ano de 2020 com deflação, ou seja, queda nos preços ao consumidor. Os demais países mostrados no gráfico 22 tiveram taxas positivas ao final de 2020, porém uma elevação de preços inferior à observada no final de 2019. A variação anual da inflação ao consumidor para os países da OCDE foi de 1,24% em 2020, ao passo que em 2019 o resultado foi de 2,17%. O gráfico 22 revela que os países selecionados tiveram aceleração de preços, com destaque para Alemanha que registrou uma alta nos últimos 12 meses de 1,32% dos preços ao consumidor em fevereiro.

**Gráfico 22 – Inflação ao consumidor em países selecionados e para OCDE – Variação acumulada em 12 meses (%)**



Fonte: OCDE.

Elaboração: Ideies/Findes.

Para 2021, a última previsão divulgada pela OCDE mostra que os preços ao consumidor em algumas economias avançadas continuarão se acelerando ao longo do primeiro semestre do ano, como pode ser visto no gráfico 23. A maior alta de preços ao consumidor está prevista para a economia norte-americana, ao atingir 2,83% a.a. no 1º semestre de 2021. A inflação ao consumidor dos EUA irá desacelerar e terminará o ano em 1,38%, de acordo

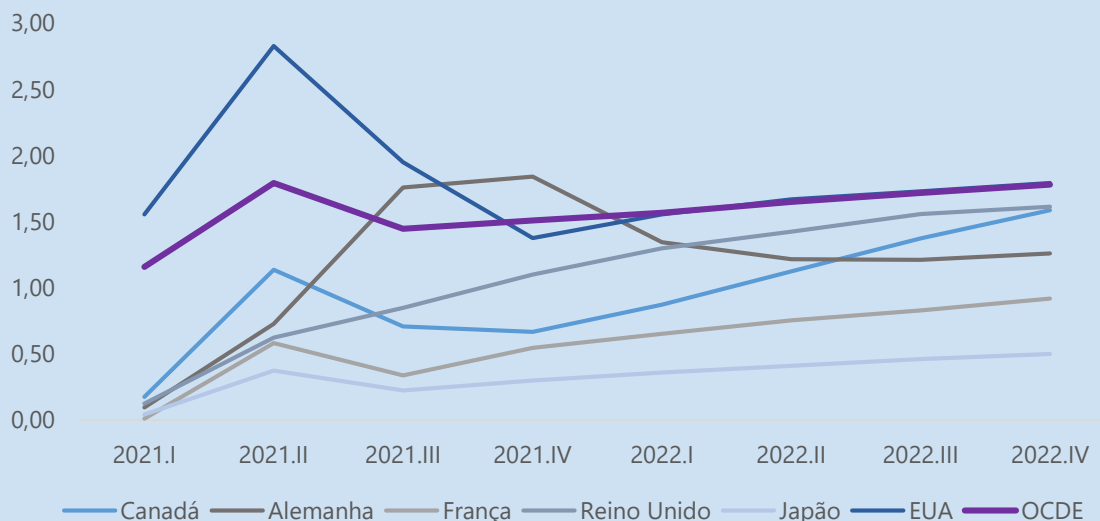
com a OCDE.

Conforme já exposto nesta seção, o Federal Reserve, banco central dos Estados Unidos, irá manter a expansão monetária em respostas aos efeitos da pandemia de Covid-19, além de continuar com a taxa de juros bastante reduzida e relaxamento das metas de inflação.

<sup>55</sup> Acesse a Ata da 237ª reunião do Copom em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>.

<sup>56</sup> Veja mais em <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2021/03/26/o-retorno-da-inflacao.ghtml>.

**Gráfico 23 – Previsão de inflação ao consumidor em países selecionados e para OCDE – Variação acumulada em 12 meses por trimestre (%)**



Fonte: OCDE.

Elaboração: Ideies/Findes.

## 5. Finanças Públicas Estaduais

Os dados de receita e despesa do primeiro bimestre de 2021 mostram que o Governo do Espírito Santo teve uma queda no montante arrecadado e uma redução mais intensa dos gastos, em comparação ao mesmo período de 2020.

**As receitas tiveram uma queda real de -6,2% em comparação ao acumulado nos meses de janeiro e fevereiro do ano passado, totalizando R\$ 2,9 bilhões. No primeiro bimestre de 2021, as despesas iniciaram com uma redução de -16,5%, nesta mesma base de comparação, registrando um total de R\$ 1,8 bilhão<sup>57</sup>.**

Pelo lado das receitas, mesmo com o crescimento da receita tributária e das transferências correntes, a queda de -6,2% é explicada pelas reduções das demais receitas, tais como a redução de multas e juros sobre o ICMS e das

receitas provenientes de depósitos judiciais e administrados sacados<sup>58</sup>, além do aumento de 2,4% nas deduções da receita<sup>59</sup>.

Na análise mais detalhada da arrecadação estadual, observa-se que a receita tributária se ampliou em 9,6% na comparação entre os dois primeiros meses de 2020 e os de 2021.

**Em relação ao ICMS, principal imposto que compõem a receita estadual, o aumento foi de 11,9%, com destaque para o crescimento do ICMS-Indústria que registrou uma receita de R\$ 409 milhões no primeiro bimestre 2021, sendo 38,4% superior ao total arrecadado no mesmo período de 2020. O ICMS proveniente do setor de comércio teve uma alta de 16,5% na mesma base de comparação.**

<sup>57</sup> A diferença entre as receitas totais (R\$ 2,93 bi) e as despesas totais (R\$ 1,81 bi) do Governo do Estado de janeiro a fevereiro de 2021, que corresponde a R\$ 1,12 bilhão, não se trata de resultado de caixa ou de resultado primário, por incluir todas as receitas recebidas e todas as despesas liquidadas pelo Poder Executivo. Refere-se, portanto, apenas a um acompanhamento de fluxo orçamentário. Algo a ser destacado é que o Portal da Transparência do ES (fonte dos dados) ainda aponta as despesas referentes às funções do Poder Judiciário (R\$ 149,2 milhões) e do Poder Legislativo (R\$ 21,0 milhões), que não são englobadas nas análises deste Boletim. As despesas dos poderes Judiciário e Legislativo foram deflacionadas pelo IPCA de fevereiro/2021.

<sup>58</sup> Com base na Lei nº 10.549/2016.

<sup>59</sup> São deduzidos das receitas valores referentes ao Fundeb, transferências aos municípios, restituições de receita e outras deduções.



**Tabela 12 - Receitas e Despesas do Governo do Espírito Santo - 2020 e 2021 (em R\$ milhões)**

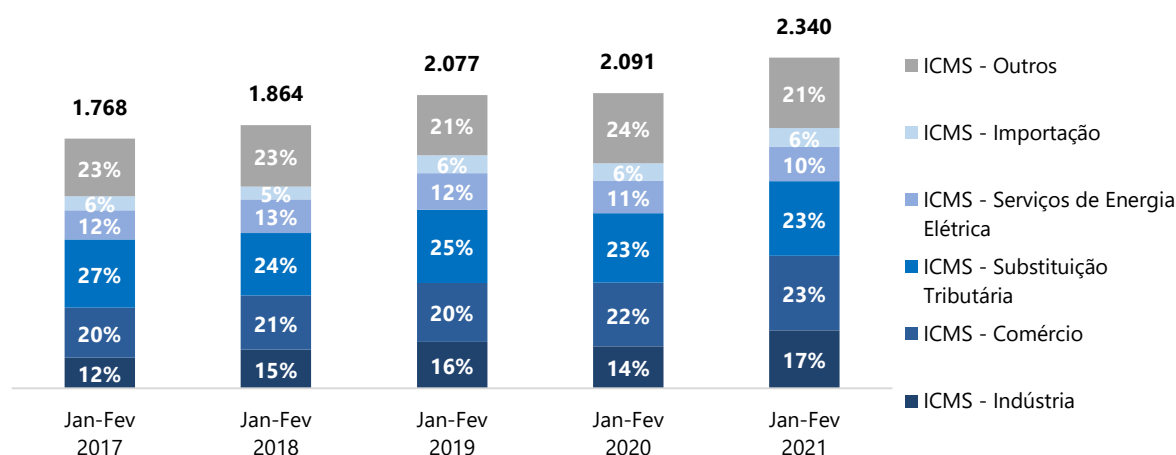
Receitas e despesas <sup>2</sup>	Jan - Fev 2020 (a)	Jan - Fev 2021 (b)	Varição (R\$) 2021-2020 (b) - (a)	Varição (%) 2021/2020 (b) / (a)	Previsão 2021 (c)	Realizado 2021 (%) (b) / (c)
<b>Receita Total</b>	<b>3.127</b>	<b>2.934</b>	<b>-193</b>	<b>-6,2</b>	<b>18.902</b>	<b>15,5</b>
Receita Tributária	2.359	2.587	227	9,6	13.665	18,9
ICMS Total	2.091	2.340	250	11,9	11.514	20,3
ICMS - Comércio	453	528	75	16,5	2.677	19,7
ICMS - Indústria	296	409	114	38,4	1.729	23,7
Outras Receitas Tributárias	269	246	-22	-8,3	2.151	11,4
Transferências Correntes	1.132	1.231	99	8,8	5.336	23,1
FPE	348	370	22	6,4	1.594	23,2
IPI	34	49	15	44,8	187	26,3
Royalties e Part. Especiais	386	311	-75	-19,4	1.426	21,8
Demais Transf. Correntes	364	501	137	37,5	2.129	23,5
Demais Receitas	705	211	-494	-70,1	5.421	3,9
(-) Deduções da Receita	-1.069	-1.095	-25	2,4	-5.520	19,8
<b>Despesa Total</b>	<b>2.167</b>	<b>1.809</b>	<b>-357</b>	<b>-16,5</b>	<b>18.134</b>	<b>10,0</b>
Pessoal e Encargos Sociais	1.529	1.114	-415	-27,2	9.998	11,1
Investimentos	13	15	2	15,6	1.997	0,8
Demais Despesas	624	680	56	9,0	6.139	11,1

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de fevereiro/2021. Nota 2: Despesas liquidadas.

Fonte: Portal da Transparência ES.

Elaboração: Ideies / Findes.

**Gráfico 24 - Receitas de ICMS (em R\$ milhões) e participação (%) por setor – Governo do Espírito Santo**



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de fevereiro/2021.

Fonte: Portal da Transparência ES.

Elaboração: Ideies / Findes.

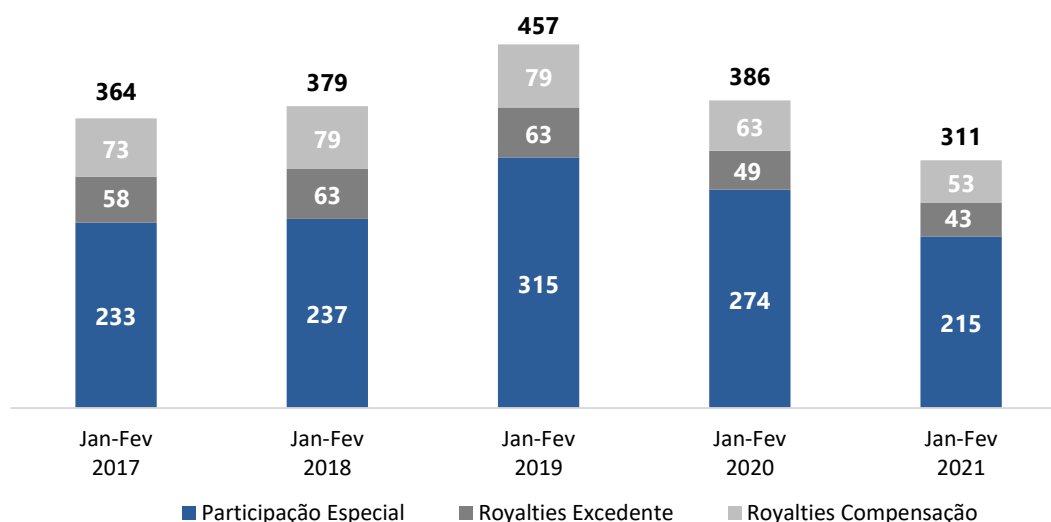
Outra importante fonte de recurso do governo estadual são as transferências correntes, que em janeiro e fevereiro de 2021 teve uma participação de 42% na receita total realizada. As principais transferências para o Espírito

Santo são referentes ao Fundo de Participação dos Estados (FPE) e às atividades de exploração do petróleo, recebidas com royalties ou participações especiais.

**No acumulado de janeiro e fevereiro deste ano, o valor recebido através do FPE foi de R\$ 370 milhões, um aumento real de 6,4% se comparado com o período de 2019. O destaque está para os repasses da União ao estado**

**referente ao IPI, que teve alta de 44,8%. Já o montante arrecadado com royalties e participações apresentou uma queda de -19,4% nesta mesma base de comparação, totalizando R\$ 311 milhões.**

**Gráfico 25 - Receitas do Petróleo - Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)**



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de fevereiro/2021.

Fonte: Portal da Transparência ES.

Elaboração: Ideies / Findes.

Apesar do desempenho negativo das receitas de petróleo no início de 2021, o total das transferências recebidas pelo Estado teve um aumento neste mês, quando comparado com os meses iniciais de 2020. O crescimento de 8,8% das transferências correntes foi puxado pelos recursos provenientes da receita da União, como o FPE e a participação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além dos recursos recebidos de acordo com a Lei Kandir (Lei Complementar nº 87/1996)<sup>60</sup> que, em janeiro de 2021, totalizou R\$ 130,5 milhões.

No lado das despesas estaduais, a principal delas é o gasto com pessoal, que engloba salários, aposentadorias, dentre outras despesas. Essa rubrica representou 62% das

despesas totais liquidadas no primeiro bimestre de 2021.

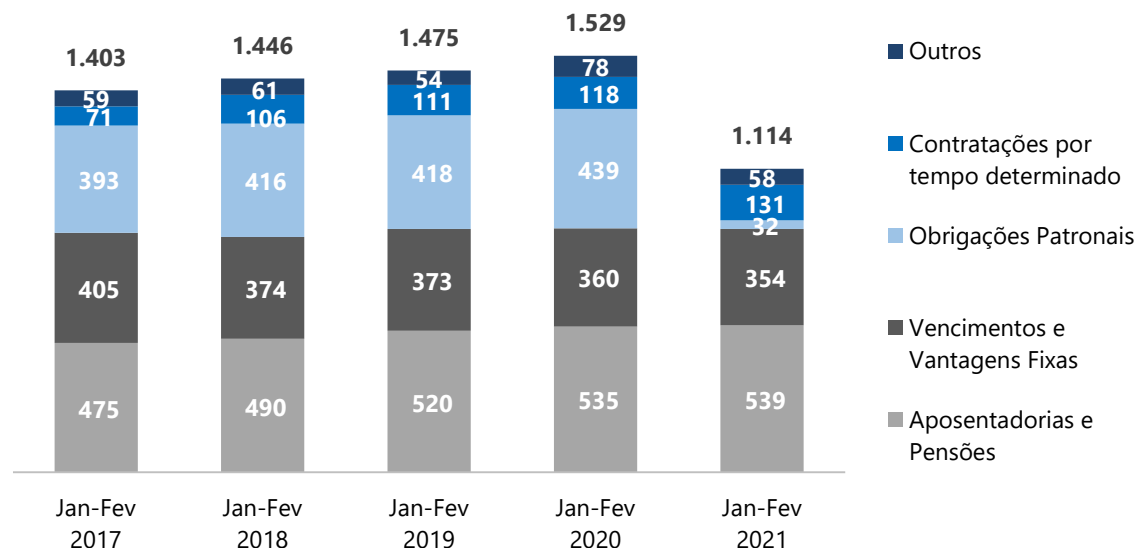
**Em relação ao mesmo período do ano anterior, as despesas com pessoal tiveram uma queda real de 27,2%, totalizando R\$ 1.114 milhões, com a expressiva redução dos gastos com Obrigações Patronais (-92,8%) em consequência da diminuição na alíquota de contribuição patronal dos poderes estaduais<sup>61</sup>. Na mesma base de comparação, houve aumento de 0,7% nos gastos com aposentadorias e crescimento de 11,3% na despesa com contratações por tempo determinado.**

<sup>60</sup> A Lei Kandir isentou o pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços com o objetivo de estimular a exportação e tornar os produtos brasileiros exportados mais competitivos no mercado internacional. De acordo com Senado Federal, até 2003, a Lei Kandir garantiu aos estados o repasse de valores a título de compensação pelas perdas decorrentes da isenção de ICMS, mas, a partir de 2004, a Lei Complementar nº 115 de 2002 – uma das que alterou essa legislação –, embora mantendo o direito de repasse, deixou de fixar o valor. Com isso, os governadores precisam negociar a cada ano com o Executivo o montante a ser repassado, mediante recursos alocados no orçamento geral da União.

No final de 2020, a Câmara dos Deputados aprovou as regras de repasse de compensação da Lei Kandir e o Espírito Santo receberá até 2037 R\$ 2,5 bilhões, sendo R\$ 1,9 bilhão para o governo do estado e R\$ 638,5 milhões aos 78 municípios capixabas. Veja mais em <https://www.agazeta.com.br/es/economia/camara-aprova-regras-de-compensacao-da-lei-kandir-es-vai-receber-r-25-bi-1220>.

<sup>61</sup> Por meio da Lei Complementar nº 945/2020, a partir do mês de março de 2020, o Governo do Estado do Espírito Santo alterou a alíquota da contribuição patronal de 22% para 14%, recolhida para os fundos próprios de previdência, como forma de alívio de caixa durante a pandemia. Veja mais em <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEC9452020.html>.

**Gráfico 26 - Despesas com pessoal e encargos sociais (em R\$ milhões) – Governo do Espírito Santo**



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de fevereiro/2021.

Nota 2: Despesas liquidadas.

**Na análise das despesas sob a ótica da função, a Previdência Social representou o maior dispêndio no primeiro bimestre de 2021, totalizando R\$ 542,6 milhões com crescimento de 0,8% em relação ao mesmo período de 2020. Os gastos com Saúde apresentaram elevação de 1,5% e chegaram a R\$ 387,6 milhões nos dois primeiros meses de 2021.**

Os gastos com Encargos Especiais (R\$ 240,3 milhões) e Segurança Pública (R\$ 206,9 milhões) foram as outras principais despesas do orçamento estadual no primeiro bimestre de 2021. Pela tabela 13, as despesas com Assistência Social, Administração e Segurança Pública foram as que tiveram a maior queda em relação ao primeiro bimestre de 2020 ao recuarem, respectivamente, -65,2%, -55,2% e -43,6%.

**Tabela 13 - Despesas por função – Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)**

Funções	Jan - Fev 2020 (em R\$ milhões)	Jan - Fev 2021 (em R\$ milhões)	Participação em 2021 (%)	Varição (%) 2021/2020
Saúde	381,9	387,6	21,4%	1,5%
Previdência Social	538,5	542,6	30,0%	0,8%
Educação	295,5	178,1	9,8%	-39,7%
Segurança Pública	366,9	206,9	11,4%	-43,6%
Encargos Especiais	261,8	240,3	13,3%	-8,2%
Administração	103,2	46,2	2,6%	-55,2%
Transporte	39,9	47,2	2,6%	18,4%
Direitos da Cidadania	68,9	79,4	4,4%	15,1%
Agricultura	29,4	18,7	1,0%	-36,3%
Assistência Social	20,5	7,1	0,4%	-65,2%
Outros*	60,3	55,1	3,0%	-8,7%
<b>Total</b>	<b>2.166,7</b>	<b>1.809,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>-16,5%</b>

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de fevereiro/2021.

Nota 2: Despesas liquidadas.

Nota 3: a categoria "Outros" engloba as seguintes funções: Essencial à Justiça, Urbanismo, Ciência e Tecnologia, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Cultura, Desporto e Lazer, Comunicações, Indústria, Habitação, Trabalho.

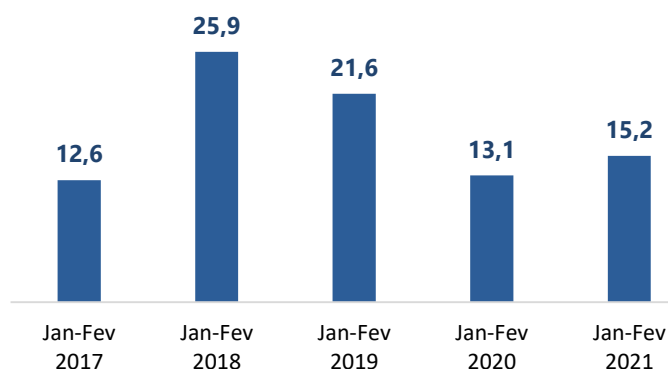
Fonte: Portal da Transparência ES.

Elaboração: Ideies / Findes.

Outra importante componente da despesa total que deve ser acompanhada são os investimentos. Nos meses de janeiro e fevereiro deste ano foram gastos R\$ 15,2 milhões com essa rubrica. No mesmo período do ano passado, foram gastos R\$ 13,4 milhões em investimentos, representando uma alta de 15,6% para o valor dispendido no início de 2021.

***Cabe evidenciar que a previsão de gasto para investimento no orçamento estadual é de quase R\$ 2,0 bilhões para este ano, configurando um aumento de 15,4% em relação à LOA de 2020 e um crescimento de 34,8% em relação ao total de investimento público estadual realizado em 2020.***

**Gráfico 27 - Despesa total com Investimentos (em R\$ milhões) – Governo do Espírito Santo**



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de janeiro/2021.

Nota 2: Despesas liquidadas.

Fonte: Portal da Transparência ES.

Elaboração: Ideies / Findes.

## 6. Comentários Finais

A necessidade do recrudescimento das medidas restritivas no Espírito Santo e nos demais estados do país, em função da escalada no número de casos e de óbitos provocados pela Covid-19, demonstra que a situação da epidemia no Brasil é preocupante. Nesse mês, foram registrados os números recordes de mortes diárias pela doença no país desde o início da pandemia em fevereiro do ano passado. Os impactos da pandemia sobre a economia são diversos e um deles é a queda do nível da atividade econômica. Em março foram conhecidos os resultados do PIB do Brasil e do IAE-Findes para o Espírito Santo referentes a 2020. Ambos demonstraram que o processo de recuperação da economia nos dois últimos trimestres do ano passado não foi suficiente para superar as perdas do segundo trimestre, período de maior adesão às medidas restritivas tais como o fechamento temporário de comércios e serviços. No ano, o PIB do Brasil contraiu -4,1% e o do Espírito Santo, de acordo com o IAE-Findes, recuou -4,4%.

Em contraponto aos atuais efeitos que a pandemia tem provocado sobre a economia do Espírito Santo, como a necessidade da quarentena decretada nesse mês, o Governo do Estado anunciou uma série de iniciativas nos campos da saúde, da economia e da assistência social. Com o objetivo de apoiar os setores da economia capixaba, uma dessas iniciativas diz respeito à manutenção de linhas de crédito

emergenciais, bem como a criação de novas modalidades de parcelamentos, de financiamento aos investimentos dos municípios e isenções de tarifas. Vale ressaltar que, no Espírito Santo, o saldo das operações de crédito totalizou R\$ 59,8 bilhões em janeiro, 0,3% acima do registrado em dezembro.

Outro destaque de março foi a elevação pelo Copom da taxa básica de juros de 2,00% a.a. (mínima histórica) para 2,75% a.a., um aumento de 75 pontos-base, pautado, entre outras justificativas, pelas crescentes projeções para a inflação brasileira desse ano e pelos riscos inflacionários nos países de economias mais avançadas.

No acumulado em 12 meses, o IPCA do país encontra-se em 5,20%, acima da meta (3,75%) estabelecida para 2021, e o da Grande Vitória em 6,00%. As expectativas para os próximos meses são de continuidade na trajetória de alta da inflação brasileira, devido à pressão nos preços dos combustíveis, aos aumentos nos custos que encarecem os preços dos bens e à demanda mais forte motivada pela nova rodada do auxílio – apesar da baixa variação nos preços dos serviços – conforme argumentou o Banco Central.

Na política nacional, em meio a uma reforma ministerial promovida pelo Presidente da República, um dos assuntos

econômicos de pauta nesse mês é a aprovação no Congresso do Orçamento da União para 2021 e que seguiu para a sanção do Presidente da República.

Em suma, a discussão tem sido em torno dos cortes de despesas obrigatórias aprovados no Congresso e da necessidade de urgência revisão desses valores para a sustentabilidade da gestão fiscal do país em 2021. No texto do Orçamento de 2021 enviado em agosto de 2020 pelo Governo Federal ao Congresso, as despesas obrigatórias estavam subestimadas em cerca de R\$ 17,57 bilhões, conforme reconheceu o Ministério da Economia. Além disso, também nesse mês, essas despesas sofreram um outro corte de R\$ 26,46 milhões apresentado pelo relator da proposta, o senador Márcio Bittar, com a finalidade de aumentar a disponibilidade de verbas para as emendas parlamentares. Os alvos de críticas têm sido a abertura de uma possibilidade de desobediência ao teto de gastos para a execução do orçamento anual, e a possível falta de recurso para o pagamento dessas despesas.

Em entrevista ao Valor Econômico<sup>62</sup>, os economistas Mansueto Almeida e Carlos Kawall apontam que uma alternativa a esta situação seria o veto presidencial ao texto aprovado pelo Congresso e o encaminhamento de um Projeto de Lei, em acordo entre o Executivo e o Legislativo, para a recomposição das despesas.

Além disso, em outra reportagem do Valor Econômico<sup>63</sup> é abordado o rearranjo institucional criado em 2015 que viabilizou a criação de comitês técnicos, entre eles o Comitê de Programação Financeira, que analisará a execução do Orçamento e enviará as sugestões ao Secretário do Tesouro Nacional, bem como enviará atas ao Tribunal de Contas da União que constam essa avaliação - de forma que, inclusive, os técnicos podem ser contrários à aprovação do Orçamento.

Desde o encaminhamento em 25 de março, o Presidente da República possui o prazo de 15 dias para a aprovação ou o veto desse texto da Lei Orçamentária de 2021.

<sup>62</sup> Veja mais em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/31/orcamento-tem-de-ser-revisto-para-evitar-apagao-da-caneta.ghtml>

<sup>63</sup> Confira em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/31/aprendizado-com-pedaladas-torna-aprovacao-mais-difícil.ghtml>

## Anexo 1 - Números da vacinação contra a Covid-19, países selecionados

País	Doses administradas	Doses administradas por 100 habitantes	Pessoas imunizadas vacinadas <sup>1</sup>	% Pessoas imunizadas vacinadas	Tamanho população (em milhões)
Estados Unidos	147.602.345	44,13	50.229.830	15,35%	330,1
Índia	63.054.353	4,57	9.065.318	0,67%	1.361,9
Reino Unido	34.518.958	50,85	3.838.010	5,77%	66,8
Brasil	18.222.559	8,57	4.110.050	1,96%	211,8
Alemanha	13.481.171	16,09	4.059.469	4,89%	83,2
Rússia	11.183.108	7,66	6.886.259	4,76%	142,6
França	10.714.250	15,72	2.709.292	4,04%	67,1
Chile	10.181.661	53,26	3.513.361	18,75%	19,1
Israel	10.000.972	115,54	4.764.642	53,63%	9,1
Emirados Árabes Unidos	8.220.783	83,12	2.187.849	22,71%	9,3
México	7.404.912	5,74	850.939	0,67%	126,0
Canadá	5.470.884	14,50	679.469	1,83%	38,0
Argentina	3.744.566	8,29	670.936	1,50%	40,1
Portugal	1.641.946	16,10	472.270	4,59%	10,3
Mundo	577.923.364	7,41	129.369.243	1,70%	7.744,2

<sup>1</sup>A depender do regime da vacina, o percentual ótimo de imunização proposto pela vacina em questão será atingido a partir da administração de mais de uma dosagem. Atualizado em 31/03/21 com dados divulgados até 30/03/21.

Fontes: Universidade John Hopkins, Our World Data, Consórcio de veículos de imprensa.

Elaboração: Ideies / Findes

## Anexo 2 - Números da vacinação contra a Covid-19 nos estados brasileiros

Estado	Total de doses recebidas	1ª dose aplicada	% população vacinada com 1ª dose	2ª dose aplicada	% população vacinada com 2ª dose	Tamanho população (milhões)
Acre	141.540	46.212	5,17%	11.758	1,3%	0,89
Alagoas	479.860	228.752	6,83%	56.824	1,7%	3,35
Amazonas	1.075.024	423.980	10,08%	127.635	3,0%	4,21
Amapá	102.350	49.368	5,73%	16.235	1,9%	0,86
Bahia	2.386.600	15.156.655	10,15%	313.507	2,1%	14,93
Ceará	1.333.350	780.685	8,50%	218.986	2,4%	9,19
Distrito Federal	448.410	297.956	9,75%	75.485	2,5%	3,06
Espírito Santo	615.620	305.791	7,52%	87.609	2,2%	4,06
Goiás	847.780	476.595	6,70%	121.702	1,7%	7,11
Maranhão	1.004.390	365.442	5,14%	110.357	1,6%	7,11
Minas Gerais	3.159.730	1.295.636	6,08%	502.539	2,4%	21,29
Mato Grosso do Sul	467.010	291.746	10,38%	92.766	3,3%	2,81
Mato Grosso	447.960	164.029	4,65%	62.828	1,8%	3,53
Pará	1.096.940	530.320	6,10%	110.093	1,3%	8,69
Paraíba	656.630	365.696	9,05%	85.365	2,1%	4,04

Estado	Total de doses recebidas	1ª dose aplicada	% população vacinada com 1ª dose	2ª dose aplicada	% população vacinada com 2ª dose	Tamanho população (milhões)
Pernambuco	1.438.880	775.526	8,06%	229.971	2,4%	9,62
Piauí	461.880	234.998	7,16%	49.629	1,5%	3,28
Paraná	1.727.850	910.196	7,90%	213.488	1,9%	11,52
Rio de Janeiro	3.096.720	1.083.747	6,24%	344.461	2,0%	17,37
Rio Grande do Norte	536.640	274.509	7,77%	68.248	1,9%	3,53
Rondônia	213.608	90.659	5,05%	32.579	1,8%	1,80
Roraima	133.260	40.907	6,48%	18.921	3,0%	0,63
Rio Grande do Sul	2.216.450	1.075.002	9,41%	297.958	2,6%	11,42
Santa Catarina	1.018.990	562.030	7,75%	138.581	1,9%	7,25
Sergipe	271.930	167.811	7,24%	45.080	1,9%	2,32
São Paulo	6.793.185	4.498.574	9,72%	1.479.656	3,2%	46,29
Tocantins	193.650	85.262	5,36%	34.318	2,2%	1,59

Nota: Levantamento em 31/03/2021 com dados apurados em 30/03/2021.

Fonte: Consórcio de veículos de imprensa

Elaboração: Ideies / Findes

### Anexo 3 - Medidas Econômicas anunciadas pelo Governo do Espírito Santo em março de 2021

Medidas Fiscais e Tributárias	
<b>CND Estadual</b>	Prorrogação do prazo de validade das certidões negativas e positivas com efeitos de negativa por 3 meses
<b>Invest-ES</b>	Suspensão por 90 dias de cancelamento Invest-ES Prorrogação da emissão de laudo de operacionalidade precário Invest-ES
<b>Compete-ES</b>	Prorrogação atualização Compete Suspensão por 90 dias de cancelamento Compete
<b>Impugnação dos autos de infração, livros fiscais e DOT</b>	Suspensão dos prazos para impugnação e recurso por 90 dias Prorrogação dos prazos para autenticação de livros fiscais 90 dias Prorrogação do prazo para entrega da DOT 90 dias Dilação de prazo para retificação de EFD por 90 dias
<b>Débitos inscritos em dívida ativa</b>	Suspensão dos atos destinados ao envio de certidões para protesto de débitos inscritos em dívida ativa, tributária ou não, no âmbito do Estado do Espírito Santo sobrestamento de ajuizamentos de execuções fiscais
<b>Recursos Fiscais</b>	Prorrogação de prazo para a apresentação de impugnação de autos de infração e a interposição de recursos ao Conselho Estadual de Recursos Fiscais por 90 dias
<b>Prorrogação do ICMS do Simples Nacional</b>	Prorrogação da parcela referente ao ICMS do Simples Nacional por 3 meses
<b>Processos Administrativos</b>	Suspensão dos prazos processuais nos processos administrativos da Administração Pública, bem como o acesso aos autos de processos físicos
<b>Lei de Incentivo à cultura e esporte</b>	Possibilitará que as empresas destinem parte do ICMS para a apoiar a Cultura e Esporte R\$ 10 milhões para Cultura R\$ 10 milhões para Esporte
<b>Prorrogação do vencimento do IPVA</b>	Prorrogação do vencimento do IPVA por 3 meses
<b>Medidas Setoriais</b>	Grupo de Trabalho para o desenvolvimento de medidas adicionais de mitigação para os setores impactados
<b>Refis/2021</b>	Descontos escalonados de até 100 de redução nas multas e juros

### Crédito Emergencial

<b>Fundo de Aval - Bandes</b>	Permanência das operações das linhas de crédito que possuem garantia do Fundo de Aval, do Governo do Estado
<b>Microcrédito emergencial (Juros Zero) - Banestes e Aderes</b>	Microcrédito Emergencial Covid-19 (sem taxa de juros, com valor máximo de R\$ 5 mil para contratações)
<b>Capital de giro emergencial folha de pagamento</b>	Aporte de R\$100 milhões para liberação na linha Capital de Giro de Banestes/Bandes Capital de Giro Covid-19 (taxa CDI, com valor máximo de R\$ 31,5 mil para contratações)
<b>Nossocrédito emergencial - Banestes e Aderes</b>	Permanência da linha de crédito Nossocrédito Emergencial, com taxas a partir de 0,65% ao mês
<b>Procidades - R\$ 50 milhões já disponíveis para os municípios</b>	Financiar investimentos e modernização da gestão pública dos municípios capixabas, como creches, escolas, postos de saúde (equipamentos), obras de saneamento e iluminação, georreferenciamento e até as placas fotovoltaicas, que reduzem o custo com energia elétrica Valor: análise do Bandes Taxa de Juros: entre 3,5% e 6% ao ano + SELIC, de acordo com o objetivo do crédito Prazo: Até 72 meses Carência: até 12 meses
<b>Carência de até 90 dias</b>	Repactuação de operações de crédito e microcrédito, com até 90 dias de carência, para empresas impactadas pelo Decreto Estadual nº 4838 R, de 17 de março de 2021
<b>Carência no crédito consignado</b>	Carência de até 6 meses nas operações de Crédito Consignado
<b>Redução de juros no parcelamento do cartão</b>	Redução de 30% a 50% nos juros do parcelamento do cartão, com taxas a partir de 2,25% ao mês
<b>Dias no cheque especial</b>	15 dias sem juros no Cheque Especial, válido por 90 dias a partir de abril
<b>Parcelamento cheque especial</b>	Nova linha de crédito de Parcelamento de Cheque Especial em até 24 meses, com redução de mais de 70 nas taxas de juros (a partir de 2 25 ao mês), e com carência de até 60 dias para a primeira parcela Válido até 30 06 ou enquanto estiver vigente o Decreto de Estado de Calamidade Pública e Emergência (Nº 4623 R)
<b>Isenção de tarifas e redução de juros</b>	Isenção de tarifas e redução de até 100% nos juros para pagamentos de contas de consumo (luz, telefone e internet) e de tributos (IPTU, ISS e taxas) por meio do cartão de crédito Banescard
<b>Fundo de proteção ao emprego</b>	Recursos para garantir o acesso facilitado ao crédito, por meio de financiamentos para empresas afetadas pela crise econômica decorrente da pandemia de Covid-19  Foco nos setores mais impactados, como bares e restaurantes, hotéis e pousadas, eventos sociais e culturais e atividades esportivas e que atuem com turismo  Concessão do crédito com procedimentos simplificados e desburocratizados, sendo dispensada a exigência de comprovação de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual e a consulta a órgãos de proteção ao crédito Prazo de carência: até 12 meses Prazo: de até 60 meses Não incidência de juros, com o saldo devedor corrigido pelo indexador Selic (hoje em 2,75% a.a.)

Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo

Elaboração: Ideies / Findes



# BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

**Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo**

**ISSN 2595-9247**

**Entidade da Fines | Gerência de Estudos Econômicos**

## **Revisão**

Marcelo Barbosa Saintive

Sílvia Buzzone de Souza Varejão

## **Elaboração**

Sumário Executivo – Jordana Teatini Duarte

Atividade Econômica – Jordana Teatini Duarte e Marcos Vinícius Chaves Morais

Desempenho Industrial – Thais Maria Mozer

Preços, Juros e Crédito – Marcos Vinícius Chaves Morais e Balmore Alírio Cruz Aguilar

Finanças Públicas Estaduais – Marcos Vinícius Chaves Morais

Comentários Finais – Jordana Teatini Duarte

Anexo de gráficos e tabelas – Balmore Alírio Cruz Aguilar

 (27) 3334-5689 |  [ideies.org.br](mailto:ideies.org.br) |  @ideies |  (27) 98818-2897

**FINDES**

**IDEIES**